



Anais da Assembleia

Nº 50

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 1ª LEGISLATURA

ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

- O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIO:

Curitiba, em 21 de maio de 1980

Sr. Presidente.

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência cópia do expediente do nobre Deputado Gilberto Agibert Filho, comunicando a sua decisão de integrar o bloco Parlamentar do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Valho-me da oportunidade para renovar meus sentimentos de estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) RENATO BERNARDI.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ATÍLIO RAVANELO, aos 84 anos de idade, ocorrido na Cidade de Bituruna no último dia 15 do corrente.

O passamento do Senhor ATÍLIO RAVANELO deixa uma lacuna que não será preenchida, pois se tratava de pessoa

cujo relacionamento com a sociedade sempre se constituiu num exemplo para toda sociedade tanto de Bituruna como de toda região, causando ainda irreparável consternação a sua tradicional família.

Outrossim, requer ainda, dê-se conhecimento da decisão da Casa à família enlutada, em Bituruna-Pr.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requeiro, na forma regimental, o adiamento da discussão e votação, por cinco sessões, para o Projeto de Resolução n.º 25/80, constante da Ordem do Dia, marcada para hoje

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1980

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM voto de aplausos à TV Iguaçu - Canal 4, de Curitiba, pela dinâmica programação local, onde apresenta um total de 37 horas semanais de programas paranaenses.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1980

(aa) LÁZARO DUMONT.

DARCY DEITOS e

MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA.

Nos dias de hoje, com a facilidade da comunicação direta via satélite, e com a quantidade de "enlatados" via filme ou tape, fica muito difícil para os diretores artísticos e programadores de emissoras de televisão fugir do esquema nacional em detrimento de uma programação local, ao vivo.

Em Curitiba, a TV-Iguaçu - Canal 4 vem atingindo seu objetivo plenamente, mantendo no ar 37 horas semanais de programação local, conseguindo grande índice de audiência, provando também que "Santo de casa faz milagres".

Na segunda-feira, o Canal 4 apresenta, ao vivo: "Fedato nos Esportes", "Bola 4", "Os Profissionais da Notícia", "Viva o Futebol", "Ali Chaim", "Boa Tarde Curitiba", "Jornal da Cidade", "Dois Minutos com Munir", "Jornal Local", "Jornal Estado" e "Sem Censura, Opinião Livre", atingindo um total de 7 horas com programação local, das 14 horas que totalizam o esquema da emissora.

Nos demais dias da semana a programação ao vivo atinge 5 horas diárias, e no sábado aumenta o total, chegando as seis horas de programação local.

Além de valorizar a programação geral da emissora, abre um enorme campo de trabalho para os profissionais do Paraná, dando margem à criação, produção e apresentação. Um fato que merece registro, com nossos aplausos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário dos Recursos Humanos do Estado do Paraná, objetivando as seguintes informações:

- 1) Se existe obrigatoriedade de todo o funcionário público descontar em folha de pagamento construo

buição à CAPEMI ou a outra instituição qualquer?
— Em caso afirmativo, qual o dispositivo legal que dá suporte ao desconto?

- 2) Em caso negativo, como a Secretaria de Recursos Humanos procede ao desconto e qual a base em que se assenta?
- 3) O funcionário tem direito de requerer a dispensa do desconto, bem como, o que necessita fazer para a sua sustação?
- 4) Qual o critério adotado pela Secretaria para permitir os descontos em favor das Seguradoras, Associações de Classes e etc., nas folhas de pagamentos dos servidores estaduais?
- 5) Outras informações que aquela autoridade julgar necessárias para melhor esclarecimento.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1980.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Temos conhecimento de descontos que são efetuados em folhas de pagamentos dos servidores estaduais, às mais variadas instituições.

Citamos como exemplo a CAPEMI como existem inúmeras outras.

Na condição de representante do povo, julgamos imperativo saber os critérios que regem para o processamento desses descontos, eis que, também representamos a laboriosa classe dos servidores públicos.

Se os descontos são baseados em alguma lei ou qual o outro dispositivo legal que os embasam.

Se é compulsório ou se é facultativo. Temos recebido inúmeras reclamações nesse sentido, muitos afirmam que não concordam.

Existem funcionários que apenas gostariam de saber como são processados os descontos.

Tratando-se de matéria que trata tão de perto ao funcionário público, que se diga de passagem, tem os seus vencimentos altamente corroídos pela espiral inflacionária que infelicitou todo o povo brasileiro, entendemos dever-se prestar esclarecimentos a todos quantos tiverem alguma dúvida

PROJETOS DE LEI.

PROJETO DE LEI N.º 54/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a asfaltar a Rodovia que liga o Município de Lobato com a estrada dos Municípios de Colorado e Nova Esperança, trecho de aproximadamente 18 km de extensão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1980

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora temos a honra de submeter à apreciação deste Plenário, é medida que se impõe como necessária para o progresso de uma das regiões mais ricas do Estado.

O asfaltamento dessa estrada trará melhor e mais seguras condições para o perfeito horário a ser cumprido pelas empresas de ônibus que atendem a região, trazendo mais conforto e menos prejuízos para seus usuários, e, maior segurança para o escoamento da produção Agropecuária de grande expressão na economia do Estado.

O leito desta rodovia constitui-se de arenito e cauiá, razão por que não tem condições de suportar cargas de grandes toneladas, tornando-se impraticável seu uso nos dias chovo-

sos e nos períodos de grandes secas.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do projeto de lei proposto.

PROJETO DE LEI N.º 55/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, com sede no Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1980.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Pestalozzi São Miguel do Iguaçu é uma sociedade civil de personalidade jurídica, sem fins econômicos ou lucrativos, tendo como objetivo principal o estudo, o tratamento, a educação e o ajustamento social de crianças e adolescentes que por seu desenvolvimento mental, aptidões ou caráter excepcionais, necessitam de assistência individual em ambiente médico e pedagógico especialmente orientado.

Assim, pela relevância da obra que desenvolve a Sociedade Pestalozzi em São Miguel do Iguaçu, atendendo os excepcionais mentais em um período diário, estruturando-se para exercer atendimento em caráter de semi-internato, solicito aos Senhores Pares apreciação especial deste projeto de lei, declarando de utilidade pública a Sociedade em questão.

PROJETO DE LEI N.º 56/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a APP- Associação de Pais e Professores da Casa Escolar Coelho Neto, com sede em Aurora do Iguaçu, Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1980

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Professores da Casa Escolar Coelho Neto, do distrito de Aurora do Iguaçu, Município de São Miguel do Iguaçu, é entidade jurídica sem fins lucrativos, tendo como principal objetivo congregar os pais e professores da Escola em referência, para uma aproximação mais íntima entre os mesmos e os educandos, para o seu próprio aperfeiçoamento e visando a educação integral, intelectual, moral, social e física.

Pela natureza e relevância das atividades que são desenvolvidas por essa Associação de Pais e Professores, conforme atestam os documentos e relatórios em anexo, solicito apreciação especial dos senhores pares, propugnando pela declaração de utilidade pública da Associação em questão.

PROJETO DE LEI N.º 57/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada como de utilidade pública, a CASA DO BOM MENINO DE ARAPONGAS com sede e foro na Cidade de Arapongas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública tem por finalidade acolher, amparar e educar crianças de ambos os sexos, domiciliados naquele município, sem distinção de cor, nacionalidade ou raça.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação em vigor no Estado.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos hoje a tribuna, para ressaltar o trabalho de real importância que vem se desenvolvendo aqui no Paraná.

Hoje pela manhã, assistimos na Secretaria de Esportes e Cultura, o lançamento do Projeto Polarização do Esporte, onde foram criados 11 polos esportivos.

Dentre as regiões beneficiadas encontram-se:

Curitiba, com modalidades diversas de atividades esportivas:

Rolândia com atletismo;

Paranaguá com atletismo;

Cascavel, atletismo;

Ponta Grossa, atletismo e ginástica;

Maringá, ginástica rítmica;

Guarapuava, ginástica rítmica;

Francisco Beltrão, ginástica olímpica;

Jacarezinho, ginástica olímpica;

Umuarama, ginástica olímpica.

Nós que conseguimos diversos módulos esportivos para implantação em nossa região, conseguimos a implantação de um ginásio esportivo.

Verificamos agora, o interesse que vem demonstrando o Sr. Secretário de Esportes, nosso Colega, Luiz Roberto Soares, que está dando tudo de si.

Já estamos colhendo os frutos de seu trabalho à testa da “caçulinha” das Secretarias de nosso Estado, criada neste Governo, com a nossa aprovação.

E nos orgulhamos de, nesta tarde, estarmos ocupando a tribuna para exaltar o trabalho daquele ilustre Parlamentar.

Pois, através da implantação desse projeto de polarização do Esporte, poderemos ver, em breve, a nossa gente mais preparada fisicamente.

Pois, através do preparo físico de nossa gente, teremos gente mais sadia, com mente mais sadia. E assim estaremos preparando homens melhores para conduzirem melhor os destinos de nossa Pátria, e, em especial, os destinos do Paraná.

Por isso, ressaltamos de fundamental importância o trabalho que vem sendo realizado pelo ilustre Secretário Luiz Roberto Soares.

Pois, aqueles gigantes, que pensávamos fossem se transformar em verdadeiros “elefantes brancos”, através da instituição destes polos, hoje, podemos ver aqueles “ginásios” de esporte que estão sendo construídos têm a sua finalidade, têm a sua ocupação. E se Deus quiser, haveremos de estar colhendo, brevemente, os frutos do trabalho do ilustre Secretário de Esporte e Cultura.

Era este fato que queria registrar na tarde de hoje; o trabalho que vem sendo realizado por aquele ilustre Secretário à testa dessa importante Secretaria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado David Cheriegate, segundo orador inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Não poderíamos deixar de assinalar, por sua excepcional importância, os recentes acordos firmados entre Brasil e Argentina e que envolvem múltiplos setores como os de aproveitamento comum do Rio Uruguai, a eliminação da bitributação, a construção de ponte sobre o Rio Iguaçu, a cooperação econômica e, principalmente, a permuta de conhecimentos e conquistas no campo da exploração nuclear para fins pacíficos.

Para o Paraná, cujo território se confina na região Oeste com a vizinha República, a construção da ponte ligando Foz do Iguaçu à cidade argentina de Puerto Iguazu, trará acentuados benefícios graças ao maior intercâmbio comercial e turístico que será estimulado.

Na condição de um dos representantes do oeste nesta Assembléia Legislativa, sinto-me no dever de fazer o devido registro de tão auspicioso fato.

Os estudos e respectivos projetos já se encontram inteiramente concluídos pela Comissão Mista Brasil-Argentina que há tempos vinha se empenhando na elaboração dos planos técnicos da obra que agora, com o referendo processado a nível de Governos, deverá logo ser iniciada.

Será a concretização de um velho sonho das populações que habitam as largas faixas de fronteira e que se viram frustradas com a não utilização do projeto que previa um só complexo arquitetônico sobre o Rio Paraná à época da construção da Ponte da Amizade que nos liga ao Paraguai.

O Brasil e a Argentina, Sr. Presidente, acabaram de dar ao mundo um dos mais eloquentes exemplos de solidariedade no instante em que os dois Presidentes firmaram os importantes acordos.

A partir de agora é possível que os sonhos de unidade continental tão obstinadamente perseguidos por San Martín venham a ser colimados na prática.

Vencendo antigos e até inexplicáveis ressentimentos, brasileiros e argentinos são capazes, de mãos dadas, de formar um vigoroso bloco sulamericano que conduza estes povos a um estágio de plena soberania e transforme a América do Sul num polo de personalidade suficiente para também participar das decisões mundiais.

Divididos e cada um voltado a um destino próprio, alimentando uma lamentável política isolacionista, os países deste hemisfério somente poderiam se tornar presa fácil ao capitalismo alienígena que aqui encontrou campo fértil à espoliação econômica.

Ninguém pode ignorar que os mais graves problemas nacionais são impostos por pressões externas. Não cabe aqui dissertar sobre os erros que no passado possam ter nos colocado diante dos terríveis impasses da crise energética. Se houve incúria a partir de 1973, quando a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) se organizou em poderoso cartel e já se divisavam as perspectivas sombrias dos anos seguintes, agora só nos resta procurar, com patriotismo e determinação, como sempre acentua o Presidente João Figueiredo, as soluções de que possamos lançar mão.

A partir deste ângulo, devemos creditar nossa confiança na política externa do atual Governo.

As viagens presidenciais à Venezuela e ao Paraguai já obedeceram ao ambicioso e firme programa que o chefe da Nação está disposto em estender a outros países do mundo com os quais convenha ao Brasil manter o diálogo.

A viagem presidencial a Buenos Aires também ofere-

uma faceta do Sr. João Figueiredo digna dos maiores aplausos: o de sua extraordinária humildade, chegando ao ponto de vestir a camisa de um clube de futebol dos subúrbios da Capital argentina além de misturar-se ao povo nas ruas centrais daquela grande metrópole.

Um gesto de grandeza a serviço da mais íntima confraternização entre os dois povos das duas maiores Nações do continente.

Quem sabe até, Sr. Presidente, o Brasil e a Argentina não estejam colhendo hoje os resultados positivos do exílio a que foi submetido, em 1932, o Coronel Euclides Figueiredo em Buenos Aires, o que permitiu ao menino João absorver os sentimentos de fraternidade com o grande povo.

Acreditamos que os laços de amizade agora mais estreitados entre os dois Governos possam ser os mais benéficos possíveis.

Mas que eles não permaneçam apenas a nível de protocolo de intenções mas sejam traduzidos numa ação concreta e realista para o progresso dos dois países e para a prosperidade continental".

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- Concedo a palavra ao Sr. Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR -- Sr. Presidente, Srs. Deputados (Lê):

"A conturbação do meio político é artificial, provocada, sobretudo, pelo oficialismo, interessado em atingir os seus fins, conquanto isso represente mais um atentado à Carta Magna vigente.

Queremos dizer que a Constituição prevê a realização de eleições municipais a 15 de novembro próximo, como queremos que o Tribunal Superior Eleitoral já fixou o calendário eleitoral a ser cumprido no decurso de 1980.

Lemos declarações de abalizados dirigentes do nosso TRE segundo as quais a Justiça Eleitoral está apta a atender a todos os requisitos, para que o pleito eleitoral seja levado a termo.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados vivem, contudo, instantes de indecisão e de incerteza, em face de algumas emendas constitucionais lá apresentadas, com objetivos diversos.

A mais conhecida é a que se refere à prorrogação dos mandatos de Prefeitos e de Vereadores, a fim de que não hajam eleições municipais em 1980.

Tudo indica que tal emenda gozada simpatia do Governo. Não porque a prorrogação venha a evitar despesas enormes, em todo o País, com a não realização das eleições, e, sim, porque o Governo teme o pronunciamento do povo brasileiro nas urnas, depois de haver-nos conduzido a todos ao abismo da inflação incontrolável e à loucura de uma dívida externa de mais de cinquenta e quatro bilhões de dólares, muito além da nossa capacidade de liquidez.

O modelo econômico engendrado empobreceu a Nação, e contribuiu para o enriquecimento maior de uma minoria privilegiada.

Estamos assistindo, agora, à insidiosa manobra do situacionismo, qual a de ameaçar com a nomeação, pelos Governadores dos Estados, de interventores nos municípios, enquanto as Câmaras Municipais permaneceriam em recesso durante dois anos.

Sabemos que um interventor se despe de qualquer compromisso com o povo, de cujo voto não depende. Torna-se, por isso, arbitrário e displicente. Na maioria dos casos, compromete a administração pública, porque negligencia os deveres e se submete à condição de mero instrumento dos interesses escusos de grupos políticos da classe dominante.

Saltam à vista os danos de que serão vítimas as comuni-

dades, especialmente porque deixarão de ser atendidos os grandes e agudos problemas administrativos, e porque a corrupção imperará, ao lado da dilapidação sem peias dos dinheiros públicos.

A situação se tornará tanto mais precária pelo fato de que, em face das tentativas em andamento, querem esses grupos o recesso, por dois anos, das Câmaras Municipais, para que não existam policiamento e denúncias contra os desmandos que forem praticados.

O interventor é a faca no peito das oposições, para que elas concordem com a prorrogação das eleições municipais até 1982.

Há prefeitos honestos e devotados à causa pública. Mas, há também prefeitos incompetentes e corruptos, dos quais o povo quer libertar-se. Como justificar, portanto, que o mandato destes indesejáveis se encompride, contra a Constituição, por mais dois anos?

Democracia é governo do povo, pelo povo e para o povo. Quer dizer, em outras palavras, que ao povo compete a escolha, livre e soberana, nas urnas dos que devem governá-lo. Negar ao povo o direito do voto é atentar contra a Democracia.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) -- A Mesa registra a presença neste plenário, do Sr. Jorge Dagoberto Hegert, ex-Prefeito de Mariópolis e do Sr. Orlando Ele Kegler, ex-Prefeito de Santa Izabel do Oeste.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lamentável, as medidas que vêm sendo adotadas pelo CNP e nós pudemos ver hoje, estampadas na primeira página do "Estado de São Paulo" "CNP apreende táxi e fecha postos de gasolina em São Paulo".

"Neste momento difícil, pelo qual passa a Nação, tantas dificuldades, tantas medidas necessárias para minorar o sofrimento do povo, nós somos surpreendidos com essas notícias, "blitz" desencadeadas ontem em São Paulo pelo CNP contra táxi movido à álcool que não possui certificado das retíficas autorizadas e contra os varejistas de combustível, que não exigem esse certificado.

Causou grande tensão entre os motoristas e proprietários de postos e dos vinte e cinco mil carros, que circulam na cidade, cerca de doze mil, cinco mil de frota e sete mil autônomos.

A alegação do Presidente do CNP é que esta mudança simples em oficinas não autorizadas, vem consumindo vinte e cinco por cento a mais do combustível."

Nós sabemos e é evidente, que o maior interessado é o proprietário do veículo em fazer economia, muito mais interessado do que CNP.

E, não se justifica esta medida em que visa, unicamente, beneficiar os donos das oficinas autorizadas nessa transformação dos motores.

Por este motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando requerimento à Mesa, solicitando aos eminentes Srs. Deputados, a aprovação no sentido de que seja solicitado ao Presidente do Conselho Nacional de Energia, o Vice-Presidente Aureliano Chaves, de que se suspenda essa medida e que dê oportunidade para que todas as oficinas instaladas, possam fazer as modificações.

O requerimento, Sr. Presidente, é nos seguintes termos (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado ao Excelentíssimo Senhor AURELIANO CHAVES, Presidente da Comissão Nacional de

Energia, no sentido de liberar a todas as oficinas regularmente instaladas, a autorização para converter os motores movidos à gasolina para álcool, tendo em vista que o maior interessado na eficiência e na economia de combustível, é o proprietário do veículo e não o Conselho Nacional do Petróleo.

O presente apelo tem por finalidade encerrar o equívoco da atual orientação do CNP, que implica inclusive na apreensão de veículos transformados em oficinas não autorizadas, conforme a imprensa vem noticiando amplamente, e que afronta o direito elementar ao trabalho, especialmente dos motoristas de táxi.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao nobre Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, através da Secretaria de Esportes, o Governo Ney Braga implanta um projeto e há poucos instantes ocupou a tribuna o nobre Deputado Túlio Zanchet que teceu algumas considerações a respeito do referido projeto.

O modelo de ação para o projeto enfatiza a necessidade de implantação de polos esportivos, como meio de maximizar e difundir a prática do esporte olímpico, aprimorando a aptidão física, irradiando estímulos aos atletas e elevando o nível técnico das representações paranaenses nas competições esportivas dos dirigentes de esporte de alto nível.

A instalação desses polos esportivos concorrerá para a maior eficiência do programa, uma vez que a descentralização das orientações atingirá, efetivamente, aos municípios. Estes, transformados em instrumentos atuantes, agirão no sentido de sensibilizar as comunidades e torná-las predispostas à participação nas atividades programadas.

Aqui registramos os nossos cumprimentos ao Governador Ney Braga, e ao eminente Secretário Luiz Roberto, pelo lançamento deste programa. Nós vemos um verdadeiro valor neste projeto, porque, como deve ocorrer na maioria ou em todas as cidades do Paraná, ocorria em Jacarezinho, hoje uma das onze cidades programadas como polos esportivos, pelo esforço dos professores, altamente dedicados e com o auto-esforço da população, temos representações paranaenses em ginástica olímpica, em Brasília, inclusive, ocasiões em que foram merecedores de altas homenagens e trouxeram, ao Estado, medalhas que engrandeceram este Paraná.

No entanto, até então, não havia uma forma de incentivar estes atletas; porque em uma daquelas ocasiões em que a Delegação de Jacarezinho, representando o Paraná, foi e obteve uma das melhores colocações, recebeu e trouxe ao Estado, como prêmio, equipamentos esportivos que, em vez de serem sido destinados, na época, àqueles que davam o seu sacrifício e praticavam esportes, eram entregues à Polícia Militar, e segundo notícias por nós recebidas, quando ainda não éramos Deputado, aquele equipamento ficou praticamente armazenado, sem uso próprio, sofrendo até deterioração.

O verdadeiro valor deste projeto, é que possamos dar a estes atletas que vêm de Londrina, com grande esforço e dedicação, muitos deles filhos de pais humildes, que todos nós conhecemos, que esses moços, esses jovens, esses professores, que têm dado tudo de si para que se faça alguma coisa em favor do esporte, possam ter, pelo menos, um pouco de alento, um pouco de esperanças e que tenham maior amparo no futuro.

Hoje tomamos conhecimento que uma atleta de Londrina, classificada para viajar ao exterior, representando o Brasil em ginástica olímpica, teria a dificuldade em receber até uma passagem. Mas temos notícias, inclusive, que outros Estados do Brasil, quando têm seus atletas classificados, as confederações recebem e dão apoio aos atletas.

E é importante que, já que temos elementos de grande

valor, no Paraná, classificados pelas Confederações, que esses elementos recebam o mesmo tratamento que os outros Estados vêm proporcionando a seus atletas.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) A Presidência registra, com satisfação, a presença do Sr. João Maria Alves, ex-Prefeito de Catanduvas.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valduga, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. VALDUGA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê).

"O panorama da crise mundial é dos mais críticos que se possa imaginar. Os conflitos que se abatem sobre a região produtora de petróleo no Oriente Médio, com a instabilidade política na Arábia Saudita, hostilização do Irã-Estados Unidos, invasão russa no Afeganistão, lutas e ameaças de guerra entre Iraque - Irã, são motivos de apreensão para todos nós.

O Brasil importa daquelas regiões, 85 por cento do petróleo que consome, ou seja, 40,8 por cento do Iraque, 28,6 da Arábia Saudita, 10,6 por cento do Irã, 2,6 por cento do Kuwait e 2,2 por cento dos Emirados Árabes, conforme dados do Conselho Nacional de Petróleo, em 1979.

A dependência para com o petróleo tornou tanto as sociedades ricas, como as sociedades pobres, vulneráveis às flutuações de preços, às interrupções de fornecimentos, aos aumentos sucessivos e até mesmo, ao mau-humor de um emir. Um simples gesto de desagrato de um Ayatollah fechando o Golfo Pérsico em resposta à atitude do Governo norte-americano, ficará privado do petróleo todo o imenso Terceiro Mundo; Os Estados Unidos e a Europa, provocando verdadeira catástrofe econômica mundial. Por isso, verificamos que os países desenvolvidos procuram novas alternativas energéticas. Os Estados Unidos, há dez anos, produzem óleo em La Verne, Califórnia, originado de detritos orgânicos: o lixo. Recentemente inauguraram uma planta projetada para 200 toneladas/dia de lixo urbano, em San Diego, também na Califórnia.

A Rússia, a China, o Japão e alguns países da Europa, também procuram outras fontes energéticas, desprezando inclusive, a energia nuclear, tanto pela fusão como pela fissão, por causa dos riscos e a não descoberta dos meios para dispor, com segurança, dos resíduos radioativos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apesar do grande esforço da PETROBRÁS, não houve progresso em descobrir novos e promissores poços petrolíferos, e os gastos continuam enormes. Agora, a tentativa do Governador paulista esbarra "nas dificuldades geológicas intrínsecas neste tipo de bacia existente no Paraná, com derrames basálticos que atingem espessuras de 1.500 metros, o que dificulta ou invalida por completo a aplicação de métodos geofísicos", dados da Revista Atualidade de Consumo Nacional de Petróleo, edição de nov/dez/79.

"Se hoje descobrimos grandes jazidas na foz do Amazonas, a experiência dos ingleses demonstra que levaremos 10 anos para viabilizar a tecnologia de prospecção em plataforma marítima ..." Declaração do General Andrade Serpa, no dia 15 de abril próximo passado.

O que significa dez anos de dificuldades pela frente com a alta irreversível do petróleo. Já se anuncia novos reajustes, ainda este mês pagaremos Cr\$ 32,00 o litro, no final de julho o preço está previsto para Cr\$ 38,00 e até o fim do ano estaremos pagando Cr\$ 52,00 o litro de gasolina, conforme dados divulgados pelo Conselho Nacional de Petróleo, publicado na Folha de São Paulo, do dia 02 de maio do corrente.

Diante dessas circunstâncias, só nos resta integrar na alternativa brasileira do Programa PRÓALCOOL, único caminho para a redenção econômica do País.

E o meio mais eficaz de aumentar a confiança no Programa PRÓALCOOL como fonte alternativa energética e substituto imediato da gasolina é a adoção de medidas compatíveis

com a nossa realidade econômica, levando em consideração a nossa dimensão territorial: disseminação das microdestilarias em qualquer parte do País, mas particularmente e próximas aos grandes centros urbanos.

Com isso, resolveremos os problemas há muito reclamados pela população: retorno do homem ao campo, evitando o êxodo rural, propiciando a sua fixação e o seu reencontro com as raízes, cumprindo-se também uma tarefa eminentemente social.

Sem se falar na economia oferecida pela redução das tarifas de transportes, maior distribuição de renda e com vista ao aproveitamento do vinhoto como fertilizante, ração animal e outros benefícios. Porque o vinhoto é altamente poluente, e sua produção é quase dez vezes maior que a do álcool: 1 litro de álcool para dez litros de vinhoto. Portanto, teremos que viabilizar o seu pronto aproveitamento.

É imperioso, contudo, que o Governo ofereça imediatamente as vantagens, incentivos e apoio financeiro — capital localmente necessário — para implantações de microdestilarias e sem burocracia, sem o rigor fiscalizante, evitando que se abram caminhos às transnacionais.

São medidas de urgências e imperativas, para que amanhã, não se diga que o Brasil é um País das oportunidades perdidas, culpando-se o Governo pela omissão ou qualificando-o de entreguista, como hoje condena-se o passado pela imperdoável política de comercialização do nosso minério de ferro, do manganês e outros.

O Governo não precisa recriar a implantação dessas pequenas destilarias, nem achar que elas resultariam em deslocamento das culturas já existentes. Porque, em qualquer sítio ou fazenda, há sempre áreas não aproveitadas.

Tenho convicção plena que a resposta brasileira será auspiciosa.

Este ano, por exemplo, grandes áreas destinadas ao plantio do trigo não serão aproveitadas, devido a baixa rentabilidade da cultura e outros riscos que correm os agricultores.

O Governo deveria preocupar-se em limitar a pastagem em terras férteis, como, por exemplo, as do Norte e Sudoeste do Paraná, e em outros Estados da Federação, esta seria uma política ideal.

Por outro lado, também, não haveria conflito em áreas comprometidas com a produção de cana para atendimento das usinas convencionais de açúcar, ou ainda, para a implantação das macrodestilarias.

Sabemos que há um pouco de receio do Ministro Camillo Penna, pela ausência de empresários nacionais como investidores no PRÓALCOOL. Só não irão investir por falta de recursos e pelos entraves burocráticos.

Contudo, alegam alguns tecnocratas, que seria praticamente impossível evitar uma comercialização sub-reptícia de certa quantidade do álcool sem qualidade, podendo afetar a credibilidade do Programa PRÓALCOOL.

Ora, é claro que todos os produtos agrícolas em geral têm variações de qualidade, e o álcool produzido pelas mini-destilarias não constituiria exceção da regra. Daí a exigirmos que o Governo facilite a criação de cooperativas ou distribuidoras, para padronizar o tipo através de retificação: usinas de controle de qualidade. Apesar do álcool hidratado para veículo, cujo teor de qualidade é de 96,0 GL, ser facilmente obtido em qualquer destilaria adequada.

Há outros que justificam, no terreno das hipóteses, alegando que um programa desse tipo somente beneficiaria a grande empresa, sendo portanto, concentrador de renda. Não é verdade.

Na microdestilaria, o investimento é pequeno, e ao alcance de qualquer produtor agrícola, seja por unidade ou pela associação de pequenos proprietários rurais, ou ainda, pelo consórcio de propriedades.

E as facilidades são enormes. Para que se tenha uma noção uma unidade de produção de mil litros/dia, necessita de apenas 60 hectares de terra e um investimento de dois milhões de cruzeiros por ano. E a destilaria funciona em uma área de cem metros quadrados, podendo ser de madeira ou alvenaria.

O projeto piloto de DEON HULLET, para uma microdestilaria, prevê uma produção de 576 mil litros de álcool anuais, funcionando 240 dias, com um investimento de três milhões de cruzeiros, ocupando uma área de 45,5 alqueires, tendo como matéria-prima a cana e sorgo sacarino. O custo por litro é de Cr\$ 6,88, incluindo os gastos industriais: ingredientes, mão-de-obra, sorgo, energia, manutenção, depreciação e mais 5 por cento eventuais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A filosofia da difusão das microdestilarias é alcançar uma disseminação nacional, para que o País seja autosuficiente em álcool carburante. E o Brasil possui tecnologia e recursos para enfrentar o desafio, sem depender do capital estrangeiro, o que seria uma política invertida.

Somente após o cumprimento desta meta, poderia o Governo preocupar-se com o funcionamento da máquina administrativa.

No campo dos grandes investimentos, alguma coisa já foi feita. O Banco do Brasil já financiou quatro grandes empreendimentos PRÓALCOOL e possui oito em fase de estudo, o que demonstra que o Governo não está omisso.

Entretanto, o que realmente defendemos é a necessidade urgente de abertura de linhas de créditos para os pequenos investimentos que não demandam grandes capitais e são mais ágeis na sua montagem.

Assim, reivindicamos as facilidades e uma maior agilização por parte das instituições financeiras, a fim de atenderem sem restrições ao pequeno e médio agricultor, ou mesmo pequenos grupos interessados em desenvolverem as microdestilarias, sem prejuízo dos grandes empreendimentos a serem implantados.

Finalmente, quero lembrar que essa opção é uma contribuição decisiva, para que o Brasil possa libertar-se das injunções internacionais dos países produtores de petróleo.

Reitero ainda, que somente mediante todas as facilidades de ordem creditícias, sem burocracia, chegaremos à difusão maciça através dos meios modernos de comunicação, para que o Brasil mobilize-se nessa retomada de consciência nacional em prol da nossa emancipação econômica.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira— Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Eminente Deputado Ruben Valduga, Vossa Excelência realmente traz a esta Sessão, um assunto de mais alta relevância, para a solução da crise energética nacional. E aponta um caminho que deve ser perseguido pelo Governo Federal, para que este País, e que é viável, para que este País que pode sair da crise energética, em que se encontram todas as nações do mundo, através das explorações de fontes alternativas de energia, Vossa Excelência presta, na verdade, um grande serviço ao Parlamento e ao Paraná.

Eu me congratulo com Vossa Excelência. Creio que este é o tipo e o tom dos discursos necessários nesta Casa, até porque Vossa Excelência faz uma defesa com dados e com a sua reconhecida capacidade, defendendo instalações de mini-destilarias e solicitando ao Governo Federal que dê condições boas para que os empresários nacionais possam ajudar o Brasil a sair do impasse da crise energética.

Meus parabéns, e tomo a liberdade de solicitar a Vossa Excelência, em subscrever integralmente as palavras de Vossa Excelência, nesta tarde.

O SR. VALDUGA — Como dizia, as facilidades são enormes, e para que se obtenha uma noção, uma unidade de produção de mil litros/dia, necessita de apenas 60 hectares de terra

e um investimento de dois milhões de cruzeiros por ano, e a destilaria funciona numa área de 100 metros quadrados, podendo ser tanto de alvenaria como de madeira.

Eu quero frisar aqui que a matéria já empolga e deve empolgar. Muito ao contrário, ainda de empolgar, ele deve obrigar a todos os homens públicos a dela participarem, trazendo discursos, fazendo promoções, levando a questão ao conhecimento e a debate público, porque nós não podemos descansar um minuto quando levantamos a questão energética no País.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Valduga, Vossa Excelência, como tem feito constantemente neste Parlamento, está hoje trazendo mais um assunto de real interesse e pela importância e seriedade que a matéria requer, Vossa Excelência, sem dúvida alguma, como tem feito, eleva cada vez mais os pronunciamentos que Vossa Excelência traz, e a sugestão que faz de que o Governo deveria estudar, examinar, estimular e proporcionar ao empresário, quase que uma liberdade na produção do álcool. E, na nossa concepção, viria sem dúvida alguma, solucionar esse problema que hoje está a desafiar as maiores inteligências do mundo, mas há alguns exemplos, principalmente na Região Noroeste do Paraná, com relação à produção de minidestilarias.

No Município de Alto Paraná, há um pequeno alambique chamado lá “do colono”, e ele tem exatamente a proporção que Vossa Excelência evidenciou aí, que não chega a 60 hectares, onde duas famílias produzem uma média de 700 a 800 litros de álcool por mês, condições assim excelentes, naquela área de produtividade, onde hoje eles estão tirando quase que 280 toneladas de cana, por ano.

Entretanto, estão eles desativados, estão desanimados, porque o custo, o imposto, a tributação por litro em cima daquela destilaria, desanima mesmo.

Pronunciamento desta ordem, poderá sensibilizar as autoridades, e quem sabe, as autoridades poderão prever, porque quando o mundo tem carência de energia, quando o Brasil, a cada minuto, a cada segundo que passa, tendo os problemas mais sérios, parece-me, nobre Deputado, e eu sou leigo no assunto, não sou perito em energia, mas se este Governo liberasse, autorizasse, não haveria necessidade de financiamentos enormes e talvez nem pequenos. Bastava apenas não impedir que se produza álcool.

No dia que o Governo liberar, quem quiser produzir álcool, como se produz leite, 300 litros por dia, 200, 500, 600, nós iríamos ter álcool neste País com abundância. Porque o povo brasileiro é trabalhador e sabe produzir.

Mas, infelizmente, a legislação está aí a dificultar. Não conseguimos, sinceramente, entender como é que se pode conduzir um assunto, um programa tão sério, tão importante como da energia, nas condições que está sendo conduzido. Porque, tanto o pequeno como o médio, não entra, porque não há condições, mas o grande empresário, nobre Deputado, ele está desorientado porque se muda todo o dia o custo do dinheiro, os programas, etc., etc., e ele está hoje desativado.

E, eu ouvi com tristeza um pronunciamento do Deputado Gilberto Carvalho da tribuna, sobre uma denúncia que ele fez, que em São Paulo há uma fiscalização rigorosa com relação aos táxis, data vênica, foi o que entendi, dos táxis que estão usando álcool.

Ora, eu não sei, não entendo diferente, mas me parece que este assunto, este trabalho, a Energia, o Governo deveria afrouxar mais, liberar mais um pouco, porque, se o Governo der o tratamento ao álcool, à energia, que tem dado ao café, que é a principal riqueza deste País e sempre foi, pois o café proporcionou progresso e grandeza, infelizmente, nobre Deputado, ninguém sabe o que vai acontecer.

Mas, eu me congratulo com seu pronunciamento, e

convenci-me que é dos mais importantes, pela seriedade e Vossa Excelência está de parabéns em abordar este assunto da tribuna.

Muito obrigado.

O SR. VALDUGA — Agradeço, nobre Deputado.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. VALDUGA — Perfeitamente.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado Valduga, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz nesta tarde.

Há poucos instantes, eu ocupava esta tribuna e fazia, na realidade, uma denúncia, das medidas que o CNP vêm adotando em São Paulo, onde hoje deve estar paralisando quase doze mil táxis, 5 de frotistas e 7 mil de amônomos.

“Blitz” em São Paulo, pára táxi e fecha postos de gasolina. Deveria preocupar o Conselho Nacional de Energia, com que nós possamos produzir ainda mais. A saída seria as minidestilarias. Possibilitar que aumentasse a produção de álcool no Brasil, para que não ficassemos tão dependentes das importações do petróleo.

Cumprimento a Vossa Excelência pelo pronunciamento importante; um pronunciamento sério, e que precisa que todas as autoridades tomem conhecimento e que levem a fundo esta medida, porque, com medidas sérias como estas, é que nós poderemos ter melhores dias, principalmente para nossa economia, dando mais garantia ao povo que vive na zona rural, diminuindo o número de migrantes que constantemente vem aumentando.

Não é esta a fiscalização, esta medida arbitrária que nós estamos sentindo hoje em São Paulo e que já vários Estados estão preocupados que entrem neles.

É preciso que o CNP mude essa política, que o Conselho Nacional de Energia adote outras medidas aumentando a nossa produção e não querendo proteger as grandes oficinas especializadas, impedindo a transformação dos motores e álcool.

O SR. VALDUGA — Muito obrigado, nobre Deputado.
O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço e lamento interrompê-lo. Estou acompanhando com muito interesse o pronunciamento de Vossa Excelência porque hoje, realmente, a questão energética é preocupante. Todos os setores da vida pública nacional devem buscar, pelo menos sugerir, ao Governo, medidas que possam atenuar não a atual crise, mas a que se avizinha e que será evidentemente muito pior.

Quero fazer apenas uma ressalva e dizer aqui que não tenho procuração para defender o Sr. Presidente do CNP, General Oziel Almeida. Aliás, acho que é um cidadão que deveria ser substituído na direção daquele Conselho. Tantas medidas desbaratadas que ele vem tomando na condição deste problema.

Mas, no episódio dos táxis da Cidade de São Paulo, esta certo o Presidente do CNP. Ele está apenas resguardando a tecnologia de transformação. Porque, o que se tem feito, é uma improvisação por diversos profissionais do volante de São Paulo, uma mudança na válvula de admissão de carburadores, e passa a funcionar o motor com álcool, diminuindo em 80 por cento a vida útil do motor.

Cabe à autoridade pública resguardar o patrimônio, já que se trata de um patrimônio nacional, todo o bem em serviço, principalmente em serviço público, como são as frotas de táxis, ônibus, enfim, serviços de utilidade pública, devem ser preservados pela autoridade competente. No caso, o General Oziel Almeida, Presidente do CNP, é autoridade competente para proibir a venda. Na apreensão, não entro no mérito, não sei se ele tem condições de apreender os veículos transformados

da gasolina para álcool. Mas de proibir a venda de álcool a estes veículos que não portem o certificado que é expedido pelas retíficas, que são autorizadas pelo CNP, a proceder tal modificação, isto ele tem e está agindo corretamente.

Estas improvisações realmente trazem o descrédito ao Programa Nacional do Alcool, em primeiro lugar, porque o consumo é maior, na ordem de 20 por cento a mais. Isto traz o descrédito público a um programa energético que parece ser a solução de futuro para o País, neste campo. E, em segundo lugar, há que se preservar o patrimônio público, porque os veículos de utilidade pública, que estão à disposição do público, passam a ser patrimônio público. Este o meu entendimento. Esta a ressalva que quero fazer no brilhante pronunciamento. O SR. VALDUGA — Também concordo perfeitamente com o que diz, nobre Deputado, porque, em princípio, estamos aqui tratando da produção, mas o resguardo da aplicação em condições técnicas, acho que é vital para que o programa não caia em descredibilidade de uma maior agilização de parte das instituições financeiras, para atenderem sem restrições ao pequeno e médio produtor, mesmo a pequenos grupos interessados em desenvolverem as microdestilarias, sem prejuízo dos grandes empreendimentos que sejam implantados.

Finalmente, quero lembrar que essa opção é uma contribuição decisiva para que o Brasil possa também libertar-se dos jugos internacionais dos países produtores de petróleo. O Sr. Palácios — Vossa Excelência permite um aparte? —

(Assentimento).

Lamento interromper também o seu brilhante pronunciamento, e o cumprimento pela forma com que se propõe neste momento, na tribuna.

Com relação aos financiamentos, evidentemente nós sempre desejamos que o Governo obtenha os recursos necessários para que haja a implantação de novas destilarias de álcool e também as minidestilarias. Porque, além da ajuda na solução do problema energético, ele viria trazer a algumas regiões de nosso Estado, assim como de outras regiões do Brasil, a possibilidade de uma fixação e de melhor sobrevivência para o homem do campo, tanto aqueles que produzem como proprietários, como aqueles que são assalariados.

No entanto, Vossa Excelência estava abordando que há necessidade de se tomar o cuidado de que esses investimentos não tenham conotações com potências estrangeiras. Porque, caso contrário, passaríamos futuramente a ser dominados no setor energético com relação ao álcool, pelas potências nacionais, dados os comprometimentos de financiamentos.

E por isso mesmo, concluindo, há necessidade deste devido cuidado, em que Vossa Excelência está abordando, exatamente no instante em que eu pedi o aparte. Porque, se em alguma época, alguns anos atrás, e Vossa Excelência lembra disso, que era universitário, como participamos de uma campanha do "Petróleo é nosso", nós devemos nos alertar e abrir aqui um trabalho, no sentido de que o álcool também é nosso.

Muito obrigado.

O SR. VALDUGA — Muito obrigado.

Enfim, Srs. Deputados, o que me faz tomar a preocupação, é apenas que ampliemos o debate a respeito da produção de álcool.

Vi, neste pequeno enfoque, que não traz originalidade de minha parte, e que provavelmente trará à tribuna, trabalhos, melhores, mais precisos, com maior divulgação, para que se possa dentro em breve, permitir e é possível que se faça com que o Brasil, realmente, seja auto-suficiente na produção de combustível.

O momento é grave, os parlamentares, os políticos, os homens públicos em geral, devem se ocupar da matéria, que é, sem dúvida alguma, a mais importante da atualidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Córtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio.

Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 20/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 18/80), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios nominados, que através da Secretaria de Estado do Planejamento e com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva ampliação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 21/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 19/80), que aprova os Termos aditivos aos Convênios especificados, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a interveniência da referida Secretaria e da COMEC e os municípios nominados, visando aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 22/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 22/80), que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba -COMEC, e os municípios nominados, sob números de 08 até 20, todos de 1979, mais o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, objetivando aplicação de recursos financeiros de acordo com o Programa de Apoio e Projetos de Desenvolvimento Regional. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 23/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 29/80), que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios nominados, sob os números 01/80 a 13/80, com a participação de órgãos que especifica, objetiva a participação dos municípios signatários no Programa de Transportes Metropolitanos, compostos do Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis e Programa de Investimentos em Transportes Urbanos. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 24/80, de autoria da C.C.J., (mens. Govern. nº 50/74), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, objetivando realizações de atividades profiláticas contra Endemias Rurais do Estado do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 25/80, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que reconhece como órgão oficial de Representação da Classe junto a este Poder Legislativo, a CABENFALE — Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação por cinco (05) sessões. Em votação. — **Aprovado o requerimento.**

Fica adiada a discussão e votação do Projeto de Resolução n.º 25/80.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11/80, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MISSÃO TRANSMUNDIAL”, com sede e foro em Campo Mourão, neste Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 35/80), que autoriza o Poder Executivo a doar: 1) Ao Município de CAMPO LARGO, a área que especifica, exclusivamente para fins que aqui descreve. 2) a Sociedade Beneficente de Senhoras SÍRIO LIBANESAS do Paraná, área que especifica, situada em Campo Largo, a ser utilizada na implantação de obras destinadas a dar atendimento ao idoso. Parecer Favorável da C.C.J., com EMENDA DE PLENÁRIO, por unanimidade. — Em regime de urgência.

Em votação o projeto. — **Aprovado.**

Em votação a emenda. — **Aprovada.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/78, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo incluir no Plano de Obras, a ligação asfáltica ligando o Distrito de Pitangueiras, Município de Rolândia, à estrada que liga os Municípios de Sabaudia e Astorga. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., e Contrário da C.T., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 104/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano de Obras, a ligação asfáltica ligando o Distrito de Pitangueiras, Município de Rolândia, à estrada que liga os Municípios de Sabaudia - Astorga, num trecho aproximado de 6 quilômetros.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1978.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Tendo já o Vereador Euclides Franson feito indicação através da Câmara de Rolândia, já em 25 de outubro de 1977, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO a pequena distância do Distrito de Pitangueiras, da rodovia asfáltica que liga o Município de Arapongas a Astorga; que o Distrito de Pitangueiras, dista 27 quilômetros de Arapongas; 23 quilômetros de Rolândia (sede), 18 quilômetros de Jaguapitã e 16 quilômetros de Astorga; que o Governo do Estado, através do magnânimo trabalho do Governo Jayme Canet Júnior, vem efetuando pavimentação asfáltica de baixo custo (tipo cascalho) nos pequenos municípios paranaenses; que o Distrito de Pitangueiras possui um alto índice de produtividade agrícola, ajudando em muito o desen-

volvimento de nosso Estado e município; que o acesso à rodovia Arapongas - Astorga dista apenas seis quilômetros do referido distrito; considerando também a necessidade e aspiração do povo de Pitangueiras, indica ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes a necessidade urgente de pavimentação daquele acesso, com base asfáltica de baixo custo, o que trará, sem dúvida alguma, melhores condições de escoamento da produção agrícola e, de deslocamento até a sede do município.

Isto posto, levamos à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e posteriormente a aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 104/78

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, o presente Projeto de Lei n.º 104/78, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a incluir no Plano de Obras a ligação asfáltica do trecho de estrada que especifica.

Tendo em vista que o projeto trata de medida meramente autorizatória, nada há que opor com relação à sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Nelson Buffara, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 104/78

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, o presente Projeto de Lei n.º 104/78, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a incluir no Plano de Obras a ligação asfáltica do Distrito de Pitangueiras, Município de Rolândia, à estrada que liga os Municípios de Sabaudia e Astorga.

Considerando a necessidade da inclusão imediata no Plano de Obras de tal solicitação, e considerando ainda solicitação, através de requerimento, dos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Rolândia, que pedem urgência para a matéria, não encontramos qualquer impedimento que impossibilite a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de maio de 1979.

(aa) Aginaldo Pereira Lima, Presidente; Mário Celso, Relator

COMISSÃO DOS TRANSPORTES PROJETO DE LEI N.º 104/78

P A R E C E R:

Autoriza a incluir no Plano de Obras a ligação asfáltica entre o Distrito de Pitangueiras, Município de Rolândia, à estrada entre Sabaudia e Astorga, numa extensão aproximada de seis quilômetros.

Analisando o presente projeto de lei, entendemos não ser necessária uma lei específica para autorizar-se a pavimentação asfáltica desta ou daquela ligação.

Pelo exposto, somos contrários ao presente plano de lei, bem como a outros no mesmo sentido.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1979.

(a) José Domingos, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/79, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a “Associação dos Funcionários Municipais de Jacarezinho”, com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer Favorável da

C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 50/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE JACAREZINHO, com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1.979

a) Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, visa representar seus associados com objetivos culturais, esportivos, sociais e de classe.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação em vigor no Estado.

Com isso, esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 50/79

PARECER.

De autoria do nobre Deputado ERONDY SILVÉRIO, o presente Projeto de Lei n.º 50/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE JACAREZINHO, com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é pela sua Aprovação
É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Paulo Camargo, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/79, de autoria do Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a “Augusta e Respeitável Loja Simbólica — ACÁCIA 1.ª”, com sede e foro na Cidade de União da Vitória. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade
Aprovado

PROJETO DE LEI N.º 177/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA — ACÁCIA 1.ª”, com sede e foro na Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.979

a) Deni Schwartz

JUSTIFICATIVA:

A “AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA ACÁCIA 1.ª” é uma sociedade maçônica de caráter beneficente e cultural. Foi fundada em 20 de março de 1976, tendo como principal objetivo a prestação de serviços de assistência social, moral e cultural, às pessoas comprovadamente necessitadas. A grandiosidade dos fins da entidade em apreço

constitui-se hoje uma realidade, o que se pode comprovar pelos grandes serviços prestados à comunidade maçônica, bem como, à comunidade em geral. Julgamos ser merecido e justo, o Título de utilidade pública à “AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA — ACÁCIA 1.ª”, para o qual esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 177/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado DENI SCHWARTZ, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA — ACÁCIA 1.ª”, com sede e foro na cidade de União da Vitória.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Diante do exposto nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Waldyr Pugliesi, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que proíbe o uso de fumo em veículos de transporte coletivo intermunicipal e em estabelecimentos de ensino público estadual. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL e C.I.P., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 180/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica proibido o uso de fumo nos veículos de transporte coletivo intermunicipal e no interior de estabelecimentos de ensino público estadual.

Art. 2.º — Aos infratores do disposto no artigo anterior será imposta a retirada do veículo ou do recinto em que se encontrem.

Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, em

a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

Os efeitos nocivos do vício de fumar constituem preocupação constante entre médicos, autoridades de saúde pública e grupos interessados de todas as partes.

Se o progresso da Medicina e dos conhecimentos de higiene e saneamento facultou à humanidade libertar-se parcial ou totalmente de alguns de seus flagelos, como a malária e a varíola, não lhe permitiu, ainda, livrar-se de um mal que se constitui em verdadeira epidemia crônica, constante, ou seja, o tabagismo.

Ao contrário de outras epidemias, a do fumo, embora tão ou mais maléfica que as outras, é atraente, perfeita, pois se propaga através do cigarro, que se adquire direta e voluntariamente em qualquer esquina, a preço acessível.

Inimigo insidioso que é, o tabagismo está a exigir combate continuado, como o que já se verifica em muitos países, inclusive no Brasil.

Em nosso meio já se esboçam algumas iniciativas nesse sentido, como certas medidas no âmbito da municipalidade curitibana e a recente instituição, pelo Secretário de Saúde e

Bem Estar Social, de uma comissão incumbida de organizar e dar curso ao "Programa Estadual Contra o Fumo".

A vedação contida no presente projeto, ao autor parece ser a melhor colaboração que pode a Assmbléia dar ao "Programa", dentro de sua esfera de competência, além de apoio e prestígio que não lhe negará em momento algum.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N.º 180/79

PARECER:

De autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, o projeto de lei em tela tem por finalidade proibir o uso do fumo em veículos de transporte coletivo intermunicipal e em estabelecimentos de ensino público estadual.

Perfeitamente justificado pelo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e também pelo substitutivo geral, estamos de perfeito acordo com a mesma.

Portanto, nosso parecer é pela aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em
aa) Del Ciel, Presidente;
Jurandir Messias, Relator.

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1.º — Fica expressamente proibido fumar nos veículos de transporte coletivo intermunicipal e no interior de estabelecimentos de ensino público estadual.

Art. 2.º — O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias, podendo prever a imposição de retirada do recinto em que se encontrem ou multas até o valor de 3 (três) Unidades Padrão de Capital aos infratores e à empresa concessionária, ou, ainda, penalidades administrativas aos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino público estadual que não atenderem às normas previstas para o fiel cumprimento do artigo anterior.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1.980
a) Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

Quando da discussão do parecer brilhantemente emitido pelo Deputado Gilberto Carvalho, foi levantado por eminentes colegas o problema da eventual dificuldade para aplicação prática da lei.

Creemos que, o substitutivo que ora propomos, poderá solucionar a questão, pois oferece condições ao Executivo para o estabelecimento de normas adequadas para o fiel cumprimento da lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI 180/79

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, tem por finalidade proibir o uso de fumo nos veículos de transporte coletivo intermunicipal e estabelecimentos de ensino público estadual, e dá outras providências.

Regimentalmente a proposição está devidamente justificada e no âmbito desta Comissão, chamada a opinar sobre a sua legalidade e constitucionalidade, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

No entretanto, face a evidente importância da matéria, cabe-nos apresentar algumas considerações sobre assunto tão influente no seio da nossa atual sociedade moderna.

A proposição, segundo a própria justificativa apresentada pelo seu autor, vem de apoio às iniciativas que se esboçam em nosso País contra o vício do tabagismo, e principalmente

em nosso Estado, especificamente, à recente instituição da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do "Programa Estadual Contra o Fumo".

Notadamente, o legislador deve sempre estar no encalço de nortear a legislação para que a mesma venha de encontro ao bem estar da sua comunidade, instituindo normas que deem ao Poder Público condições para protegê-la e determinar diretrizes no sentido de prevenir e libertá-la de certos males que a enfraqueçam, e possam até destruí-la. Neste rol, pode-se incluir o vício do tabagismo.

É notória a incidência de males que causam à saúde da humanidade o uso incontrolado do fumo. O arrefaçoamento de seu uso é campanha que, de longa data vem sendo utilizada em países mais desenvolvidos, visando prevenir as populações dos seus males e prejuízos.

Leis, como a que ora está sendo apresentada devem merecer por parte dos órgãos públicos maiores encômos e impulsos para que não se tornem apenas parte da legislação vigente, sem o seu devido cumprimento.

É na escola que se pode ministrar as primeiras noções para se evitar, que males se estendam e venham a alcançar proporções calamitosas.

É com as crianças e a juventude que contaremos para que o futuro de nossa Pátria se consolide na esperança de dias mais venturosos. A proibição do uso do fumo em estabelecimentos de ensino público estadual virá extirpar um mau exemplo a ser seguido por aqueles que estão na aurora de uma nova era, que se espera venha cheia de esperança do bem estar de nossa sociedade.

São inúmeras as bibliografias e enciclopédias que nos alertam sobre os males desse vício tão propalado em nossos dias. A literatura no campo da medicina preventiva então está repleta de recomendações que demonstram o empenho que, não só o setor público, mas toda a sociedade, deve se ater no combate para o uso incontrolado e desmesurado do fumo.

Assim, perfeitamente está enquadrado o presente projeto de lei dentro de uma das mais prementes campanhas que se deve instituir na prevenção de males que só tendem a destruição e dependência de nossa sociedade.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1.980
aa) Gilberto Carvalho, Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Aurora", com sede e foro na Cidade de Nova Aurora. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 186/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A

Art. 1.º — Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA AURORA, com sede e foro na cidade de Nova Aurora—Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1.979
a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente projeto de lei, visamos declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Aurora, que através de seu

Estatuto justifica plenamente sua apresentação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 186/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado FUAD NACLI, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA AURORA, com sede e foro na cidade de Nova Aurora — Pr.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Paulo Camargo, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 195/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública o “Centro Cultural e Esportivo Ceazulense”, no Município de Céu Azul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 195/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “Centro Cultural e Esportivo Ceazulense”, no Município de Céu Azul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1.979

a) Egon Pudell.

JUSTIFICATIVA:

Inegavelmente a entidade acima que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem cumprindo fielmente as suas finalidades de caráter social, cultural, educacional, artístico e cívico, difundindo a cultura física e a prática dos desportos em geral.

Pela documentação anexa, verifica-se que a entidade preenche todos os requisitos legais exigidos para aquele fim, razão por que apresenta o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio para sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 195/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado EGON PUDELL, o presente Projeto de Lei n.º 195/79 tem por finalidade declarar de utilidade pública o “CENTRO CULTURAL E ESPORTIVO CEUAZULENSE”, com sede e foro no Município de Céu Azul.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor, temos que o presente projeto de lei, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente; Waldyr Pugliesi, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210/79, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública o Centro Espírita “ALLAN KARDEC”, com sede e foro na Cidade de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 210/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Centro Espírita “ALLAN KARDEC”, com sede e foro na cidade de Umuarama.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.979

a) João Elísio.

JUSTIFICATIVA:

O Centro Espírita ALLAN KARDEC, que se pretende tornar de utilidade pública, vem prestando relevantes benefícios em favor de inúmeras crianças, filhas de pais desprovidos de recursos, servindo mais de trezentas refeições diárias a essas crianças carentes de uma melhor alimentação.

Para uma melhor assertiva, junta-se a presente, a documentação necessária:

- a) Atestado de pleno funcionamento;
- b) Lei que a declara de utilidade pública municipal;
- c) Estatuto funcional;
- d) Ata da eleição de sua Diretoria;
- e) Relatório das atividades; e
- f) A não remuneração de sua Diretoria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 210/79

PARECER

O projeto em pauta de autoria do nobre Deputado João Elísio objetiva declarar de utilidade pública o “Centro Espírita Allan Kardec”, com sede e foro na cidade de Umuarama.

Atendendo na íntegra, aos requisitos estabelecidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1.978, que regulamenta a matéria, nada há de cunho constitucional ou legal, que se possa objetar quanto ao projeto.

Somos, portanto, pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Paulo Camargo, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que altera divisas dos Distritos Administrativos de Herculanópolis, Lovat, Santa Eliza, Serra dos Dourados, Perobal e do Distrito da sede, todos do Município de Umuarama. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 14/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Distrito Administrativo da sede do Município de Umuarama passa a ter as divisas seguintes:

“Inicia no Ribeirão Peroba, na divisa da Gleba 3 Jaracatiá; limita com o Município de Iporã; segue ribeirão água abaixo até o Rio Xambrê; por este água acima até a foz do Ribeirão Bairita; por este água acima até sua cabeceira; daí em linha reta e seca até a Estrada João Baraniuk; por esta até a projeção do Córrego Primavera; daí em linha reta e seca até a nascente do Córrego Primavera; por este água abaixo até sua foz no Rio do Veado; subindo por este até a divisa das glebas 1

do Núcleo Serra dos Dourados e 16 do Núcleo Cruzeiro; por esta divisa segue até encontrar a divisa das glebas 2 do Núcleo Serra dos Dourados e 16 do Núcleo Cruzeiro; seguindo por esta divisa seca até a Estrada Estadual PR-4; por este rumo à Cidade de Cruzeiro do Oeste até o Ribeirão Piava; por este água acima até a estrada Jaborandy; por esta até o traçado da estrada de ferro; daí até a altura da cabeceira do Córrego Bom Fim; daí em linha reta e seca até a nascente do referido córrego; por este água abaixo até sua foz no Ribeirão Pinhalzinho; seguindo por este água abaixo até a foz do Ribeirão Palmital; subindo por este até sua nascente; daí em linha reta e seca até a nascente do Ribeirão Peroba; por este água abaixo até a divisa da Gleba 3 Jaracatiá, ponto de partida da presente descrição."

Art. 2.^o — O Distrito Administrativo de Perobal, do Município de Umuarama, passa a ter as divisas seguintes:

"Inicia no Ribeirão Peroba, na divisa da Gleba 3 Jaracatiá, limita com o Município de Iporã; segue o Ribeirão água acima até sua nascente; daí em linha reta e seca atingindo a cabeceira do Ribeirão Palmital, desce pelo mesmo até o Rio Goioerê água abaixo até o Ribeirão São Tomé ou Azul; pelo Ribeirão São Tomé ou Azul água acima até a Estrada Azul e por esta até a Estrada Dr. Saldanha ou Divisora, por esta última rumo Sudoeste, até a divisa da Gleba 3 Jaracatiá e 4 do Núcleo Rio da Areia; segue por esta divisa cruzando o Ribeirão Jangada e a Rodovia PR-323 na mesma reta e confronta com o Núcleo São João, até um ângulo, finalmente deste ponto deflete à direita chegando ao Ribeirão Peroba, ponto de partida."

Art. 3.^o — O Distrito Administrativo de Serra dos Dourados, do Município de Umuarama, passa a ter as divisas seguintes:

"Inicia na foz do Córrego Água Bonita no Rio do Veado; por este água acima até sua nascente; daí em linha reta e seca até a nascente do Córrego Recreio; e por água abaixo até sua foz no Ribeirão 215; desce pelo Ribeirão 215, até a foz do Ribeirão Vale Verde; pelo dito Ribeirão água acima até a Estrada Piava (ex-boia-deira); pela dita Estrada rumo a cidade de Umuarama até a Estrada Estadual PR-4; pela referida Estrada rumo a cidade Serra dos Dourados, até encontrar a divisa das Glebas 2 do Núcleo Serra dos Dourados e 16 do Núcleo Cruzeiro (cerca da Fazenda Garcia); segue por esta divisa até a divisa das Glebas 1 do Núcleo Serra dos Dourados e 16 do Núcleo Cruzeiro (cerca da Fazenda Garcia), segue por esta divisa até o Rio do Veado; descendo por este até a foz do Córrego Água Bonita, ponto de partida desta descrição."

Art. 4.^o — O Distrito de Santa Eliza, do Município de Umuarama, passa a ter as divisas seguintes:

"Inicia na desembocadura do Ribeirão Água Bonita com o Ribeirão do Veado pela sua margem direita, descendo por este último até encontrar o Ribeirão Carioca, divisor do Município de Umuarama com o Município de Icaraima, por este água acima em demanda à nascente até encontrar a divisa do lote 8 com o 7 e 26, da Gleba 3, do Núcleo Serra dos Dourados, por esta divisa seca, por uma estrada divisória do loteamento até encontrar a Estrada Estadual Cruzeiro do Oeste — Porto Camargo, atravessando por esta segue em linha seca até atingir a nascente do Córrego Queixada, por este água abaixo até a sua foz com o Ribeirão Tiradentes, seguindo por este último pela margem esquerda até sua foz com Ribeirão 215; segue por este em demanda à sua nascente até encontrar pela margem esquerda a desembocadura do Córrego Recreio, por este água acima até sua nascente

e daí em linha seca atravessando a Estrada de Serra Dourada — Ivaté, até atingir a nascente do Ribeirão Água Bonita, e finalmente por este água abaixo até sua confluência com o Ribeirão do Veado, ponto de partida desta descrição."

Art. 5.^o — O Distrito Administrativo de Lovat, do Município de Umuarama, passa a ter as divisas seguintes:

"Iniciando no ponto de encontro do Ribeirão Piava com a Estrada, Cruzeiro do Oeste — Serra dos Dourados (PR-4), seguindo pela referida em direção à cidade de Cruzeiro do Oeste, até o Ribeirão Corumbatá (divisa de Umuarama e Maria Helena), segue por este água acima até a foz do Córrego Pitanga ou Jandaia; subindo por este até sua cabeceira; daí em linha reta e seca, cruzando a Rodovia asfaltada (PR 323), até encontrar a nascente da água do Peru; descendo por esta até sua foz no Córrego Cedro; por este água abaixo até sua foz no Ribeirão Pinhalzinho; e seguindo por este água acima até a foz do Córrego Bom Fim, subindo por este até sua cabeceira; daí em linha reta e seca até o traçado da Estrada de Ferro, seguindo por este até a Estrada Jaborandy; seguindo por esta até o Ribeirão Piava, e por este água abaixo até a Estrada Cruzeiro do Oeste Serra dos Dourados (PR-4), ponto de partida da presente descrição."

Art. 6.^o — O Distrito Administrativo de Herculândia, do Município de Umuarama, passa a ter as divisas seguintes:

"Iniciando na foz do Córrego do Bugre com o Ribeirão 215, pela sua margem direita, divisor do Município de Umuarama com o Município de Icaraima, descendo por este até a desembocadura do Rio Ivaí, por este água acima em demanda à nascente até encontrar a foz do Córrego Indovai, por este água acima em demanda à nascente até encontrar a foz do Córrego do Índio, subindo por este até a nascente, segue daí em linha seca divisor dos lotes 72 da Gleba Barro Preto com o lote 99 da Gleba Ivaté até encontrar a Estrada (rodovia) que demanda de Herculândia à Ivaté, e por esta até encontrar o divisor do lote n.^o 1, da Gleba Barro Preto e o lote n.^o 98, da Gleba Ivaté, descendo em linha seca até encontrar a nascente do Córrego do Bugre, descendo por este pela margem direita até encontrar o Ribeirão 215, ponto de partida desta descrição."

Art. 7.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1979

a) Fabiano Braga Côrtes.

JUSTIFICAÇÃO:

A documentação que acompanha o presente projeto é irretocável, no sentido de ilustrar as pretensões dos órgãos do Município de Umuarama e de fornecer elementos claros e convincentes ao legislador cuidadoso.

As exigências da Lei Orgânica dos Municípios no que tange ao procedimento específico, foram rigorosamente cumpridas.

Trata-se, como se verifica da simples leitura do articulado, de retificar divisas de seis distritos administrativos, incluindo o da sede, do Município de Umuarama. Evidentemente, todos eles criados por lei, segundo indicação constante do ofício n.^o 576/79-EMG., datado de 28 de setembro do corrente ano, através do qual o Chefe do Poder Executivo submete à Câmara de Vereadores, nos termos da Lei Orgânica, a representação objetivando exatamente a providência de que ora nos ocupamos.

As novas divisas, segundo expõe o ilustre Prefeito de Umuarama, no expediente que encaminha a esta Assembleia Legislativa, são impositivo dos desdobramentos dos Distritos

Administrativos de Vila Alta e Roberto Silveira, bem como a criação do Distrito Administrativo de Ivaté, proposto em separado, importando ressaltar que as referentes aos distritos da sede e de Lovat decorrem do crescimento do perímetro urbano da cidade de Umuarama.

Tratando-se de solicitação formulada pelo Executivo, com aprovação da Câmara, e fundada em justos motivos, espera-se unânime acolhida entre os nobres representantes do povo paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 14/80

PARECER:

A medida apontada pelo nobre autor deste projeto de lei, pretende, se concretizada, alterar divisas dos Distritos administrativos do Município de Umuarama.

Pelo exame cuidadoso da matéria, nota-se, perfeitamente, que a alteração proposta não interfere na autonomia territorial de municípios limítrofes e servirá tão somente para acomodar legalmente situações já existentes, em decorrência do desenvolvimento populacional ocorrente nas diversas regiões municipais abrangidas pelas demarcações de territórios.

Ademais, mesmo não estando a exigir-se legislação específica para iniciativas desta natureza, por cautela, revestiu-se o Executivo Municipal de Umuarama das garantias apontadas na Lei Orgânica dos Municípios, para a criação de Distritos Administrativos.

Tudo isso posto, não há como obstaculizar o pretendido, motivo pelo qual, esta Comissão deve manifestar-se favoravelmente à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Paulo Camargo, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Atilio Ravanelo, ocorrido na cidade de Bituruna. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio em forma de telex, da Carta da Associação Paranaense de Suinocultores, aos Srs. Ministros da Agricultura, Planejamento, Secretário da Agricultura, bem como solicita o apoio da Assembléia Legislativa à Carta Conferência. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar providências, visando beneficiar um grupo de 71 complementaristas inativos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Cristomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Diretor do D.N.E.R. e Prefeito Municipal de Curitiba, bem como ao Sr. Prefeito Municipal de Colombo, formulando apelo no sentido de ser construída uma passarela para pedestres, anexa a ponte sobre o Rio Atuba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à diretoria do "Londrina Esporte Clube", pela conquista do Campeonato Brasileiro — 1.ª TAÇA DE PRATA — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Darcy Cortes, Lázaro Dumont e Mário Celso, constante do expediente,

solicitando voto de aplausos à TV-IGUAÇU CANAL 4, de Curitiba, pela dinâmica programação local, onde apresenta um total de 37 horas semanais de programas paranaenses. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Comissão Nacional de Energia, no sentido de liberar a todas as oficinas regularmente instaladas, a autorização para converter motores movidos a gasolina para álcool. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhadas cópias do pronunciamento feito da tribuna a diversas autoridades, constando o apoio desta Casa ao plano sugerido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bandeirantes, referente aos "bóias-frias" espalhados por todos os Estados brasileiros. — Em discussão.

O SR. LÁZARO DUMONT — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra o nobre Deputado Lázaro Dumont, para discutir.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, eu infelizmente não estava aqui no momento em que o eminente Deputado Fuad Nacli fez este pronunciamento em que solicita o apoio desta Casa, para que seja encaminhado às autoridades mencionadas no requerimento e que, de uma certa forma ele traz à baila o assunto bóia-fria.

Conheço o trabalho mesmo antes de ser apresentado nesta Casa, tenho inclusive em minhas mãos este trabalho; é um trabalho que cria não a cooperativa de bóia-fria no qual nós somos intransigentes e, não apoiamos de maneira alguma. Mas, o requerimento a pedido da palavra do Deputado Fuad Nacli, através desse trabalho, o que ele solicita é apoio a esses trabalhadores para que eles possam ter condições de se organizarem numa cooperativa de consumo cuja cooperativa poderia inclusive comercializar, ter creches, ter uma série de benefícios ao trabalhador rural. A única dúvida Sr. Presidente, que me leva nesse trabalho apresentado pelo Deputado Fuad Nacli, é de que possa se confundir com a cooperativa de bóia-fria. Cooperativa que iria substituir a função do gato na contratação do trabalho, que nós somos contrários.

Agora, nas condições que nós temos hoje o trabalhador rural, principalmente, o trabalhador assalariado, para que ele alcance esse estágio apresentado neste pronunciamento do Deputado Fuad Nacli, há necessidade de uma consciência muito grande da classe empregadora, principalmente da classe empregadora, que terá que dar condições a esses trabalhadores com melhores salários, com registro, com empregos fixos e permanentes para que eles realmente possam participar de uma cooperativa, como essa que o Deputado Fuad Nacli sugere através desse trabalho. Se não há como, um trabalhador bóia-fria que trabalha um tempo numa propriedade, outro em outro município, daí vai para outra região do Estado, nunca ele será beneficiado realmente através de uma cooperativa como se propõe o Deputado Fuad Nacli.

Vou apoiar este requerimento e louvar aqui a preocupação do Deputado Fuad Nacli em favor desses trabalhadores. Agora, gostaria sinceramente, de que realmente os trabalhadores rurais do Paraná, para que pudessem ter benefícios que estão neste trabalho, tivessem a compreensão da classe empregadora de que eles realmente precisam de melhor salário, melhor condições de moradia, melhor condições de trans-

porte e, uma série de benefícios para que eles possam evidentemente participar dessa cooperativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão.
— Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção nos Anais da Casa do editorial "Ricos na Agricultura e Pobres em Pedir", publicado pelo jornal "Gazeta do Povo". — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado, para discutir.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento do ilustre Deputado situacionista enseja a possibilidade de nós trazermos um assunto que há vários dias buscávamos encaminhá-lo ao debate da Casa.

O Paraná tem 61% de sua população vivendo da atividade no campo. População total estimada em mais de nove milhões de habitantes. Mas a atividade rural é mal remunerada. Grande parte dos produtores realizam uma economia que se diferenciou dos produtos tradicionais da alimentação, para encontrar o "produto do dia", aquele que tem maiores estímulos de cotação de preços.

Com isto, o homem do campo que possui pequena propriedade, acaba produzindo o que o mercado estimula e, em troca, compra a maior parte de sua alimentação.

Estranha contradição esta do subdesenvolvimento em que vivemos: produzir para o mercado e, com o dinheiro, comprar os alimentos básicos que tradicionalmente a roça familiar oferecia e a criação caseira completava.

Entretanto, foi este pequeno produtor que criou a explosão do milho, do feijão, da suinocultura e agora da soja. Talvez este foi o seu engano. Produziu grandes excedentes para a exportação o que faz com que ele vá ao mercado para se alimentar e a sua família.

O trabalhador rural de sua parte produz muitas coisas essenciais ao mercado, porém, produz para terceiros, e tem que comprar toda a sua alimentação, prover sua moradia, esperar o recrutamento para o trabalho esporádico que não se sabe quando virá.

Todos sabem que grande parte destes trabalhadores "bóias-frias" já foram pequenos proprietários rurais ou agregados, parceiros e colonos, até de grandes propriedades. Uns e outros já não realizam sua economia de subsistência.

O trabalhador da terra, pequeno proprietário, parceiro, renteiro ou "bóia-fria", sofreram dois grandes e duros golpes. De um lado, a perda de direitos custosamente adquiridos, de garantias do trabalho e até de estabilidade relativa e ainda, de outro, a própria pressão de abastecimento, que parecia vantajosa.

Do rancho ou pequeno armazém, dirigiu-se à sortida mercaria, ao amplo mercado, ao super e ao hipermercado. Produzir para vender e comprar tudo o que a família precisa.

Este é o estado subdesenvolvido, de um País subdesenvolvido, quer queiram ou não. Um estado subdesenvolvido que tem, na exportação de produtos primários, a sua sustentação. Mas esta exportação não resulta em benefícios para os produtores diretos, a maior parte deste resultado econômico vai para as grandes empresas de exportação e da parte do Governo, onde estes recursos são canalizados para financiarem e sustentarem tantas outras grandes empresas.

Somos um estado subdesenvolvido, em que o Governo cria os intermediários do serviço público, forma e até enriquece; e destina os recursos em polpudas fatias para a iniciativa privada. Sessenta e um por cento dos habitantes do Estado do Paraná vivem para o meio rural. Ali produzem os bens que devem alimentar a Nação, ali produzem os bens de exportação que

financiam, na maior parte, o desenvolvimento brasileiro, desde a industrialização, até a estrutura burocrática do Estado.

Produzem, como também auxiliam, em grande parte, também o pagamento das mordomias e até dos esquemas de negócios dos grandes grupos e muitas vezes, aqui e acolá, de determinadas corrupções do próprio regime.

O Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, Dr. Reinhold Stephanes, disse recentemente, conforme publicação em revista especializada que: a renda "per capita" do homem do campo do Paraná, em relação ao homem urbano, é de um terço inferior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a renda "per capita" do homem do campo, no Paraná, em relação ao homem urbano do Paraná, é um terço inferior. O Paraná é o nono Estado em renda "per capita" no País e somente o Estado de menor renda "per capita" do Centro-Sul, embora tenhamos uma produção boa.

E completava o Secretário: "e estamos abaixo da média da renda "per capita" brasileira. A indagação fica, quase no vazio do plenário, nos amplos corredores, e em todas as consciências paranaenses. Quão boa é a nossa produção, que gera, entre outras coisas, a renda "per capita" das piores do País e de um terço apenas, da correlação renda "per capita" rural com renda "per capita" urbana?". É este o Paraná que as autoridades desejam? Fontes do BADEP, reunidas pelo técnico João Carlos Lacerda e publicadas na "Revista Paranaense de Desenvolvimento", uma revista que circula periodicamente nos gabinetes dos Deputados, dizem que: "Não obstante a evolução dos produtos manufaturados e semi-manufaturados, os produtos primários ainda ocupam posição de maior destaque, representando cerca de 88% do total exportado pelo nosso Estado.

E mais, "O Paraná contribui com aproximadamente 17% nas vendas externas brasileiras. E diz ainda o mesmo estudo do BADEP. "De acordo com a classificação, a composição da pauta de exportação é a seguinte, em primeiro plano, Produtos Primários; — e nestes destacam-se nove produtos, os quais pelo seu desempenho participam com maior volume exportado, ou maior arrecadação de divisas". "Em termos de aporte de divisas, figuram por ordem decrescente: café em grão, farelo de soja em grão, milho em grão; (conforme dados de 1979).

Os demais produtos básicos, tais como: amendoim em grão, carne eqüina, camarão, fumo em folha, compõem item chamado "outros", por constituírem pequena parcela do total."

Ainda a citada publicação econômica: "Os resultados globais das exportações paranaenses no período de 1974-1978, revelam certo dinamismo, a exceção do ano de 78, que reverteu, em razão de fenômeno climáticos especiais, o comportamento observado nos últimos três anos". E adiante, o mesmo estudo assinala: "As exportações de primários, em que pese o ano de 78 (considerado atípico), representaram cerca de 74% da receita cambial, gerando um valor de 679 mil e 580 dólares. Tal participação, no entanto, situou-se a níveis inferiores, aos observados nos anos anteriores, em média na ordem de 88 por cento."

Apesar desse notável crescimento econômico; desse formidável desempenho agro-pecuário, a situação demográfica no campo é vista assim, conforme publicação referida pelo Secretário da Agricultura. "Se hoje temos sessenta e um por cento dos paranaenses no campo, é evidente que vamos continuar com o chamado êxodo rural.

E aqui a indagação séria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nos cabe fazer: — baseado em que aspecto, em que teoria, o Chefe da Pasta da Agricultura faz tais afirmativas? Que padrão ideal de correlação demográfica entre cidade e campo utilizou Sua Excelência?

Talvez o padrão ideal, os que nos dirigem, sejam os Estados Unidos, ou algum outro país europeu, lá buscando, portanto, a sua base teórica. Mas ele abstrai a condição de subdeser-

voivimento. do Paraná e do próprio Brasil e dita uma correlação ideal, tirada de alguma obra, de algum autor, e joga, projetando, portando, sobre nossa realidade, o que não válido. E o que é, acima de tudo, irreal.

Com esses sessenta e um por cento no campo, o desempenho da produção de nossos produtos rurais tem sido até espantoso, muito alto. Só que o homem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o homem que trabalha a terra, desde a pequena propriedade, o homem sem terra, vive um dos padrões mais baixos de consumo deste País. Vive carente de melhor alimentação, de saúde e de serviços básicos.

Parece-me, portanto, que o Secretário dá curso às teorias de tecnocratas e espera que as pessoas que estão no campo, desocupem a lavoura e cheguem à cidade.

O que eles viriam fazer na cidade?

A continuar o processo de esvaziamento, que são apenas já sessenta e um por cento no campo, o que eles, esses ex-trabalhadores, ex-rurícolas, ex-camposinos, viriam fazer na cidade?

Ingressar no mundo do trabalho permanente?

Ingressar no mundo do consumo; com melhores padrões de vida?

Absolutamente não! Se viessem para ingressar no mundo do consumo e no mundo do trabalho permanente, tudo bem. Seria a resposta econômico-social para o êxodo rural.

Mas, tal não ocorre.

Talvez o Secretário da Indústria e Comércio possa demonstrar o seu colega, Secretário da Agricultura de produzir esse tipo de exposição. Pois tais vacuidades que são, na verdade, pseudo-científicas, acabam se contradizendo.

Realmente, a Pasta da Agricultura do Paraná é muito importante. Afinal, como se não bastasse, trata até dos assuntos de sessenta e um por cento do povo do Paraná. Mas, entendemos, que deveria ser ocupada, para se obter uma ação urgente e decisiva, mais larga e mais profunda.

Porém, devemos reconhecer que o próprio atual Titular fez estágio no INPS, e conhece bem o FUNRURAL, inclusive a sua manipulação política que muita gente sabe. Todavia, falta-lhe, neste instante, o arrojo, a agressividade, para o Paraná se impor nesse triste quadro social brasileiro.

Vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos diz o bom senso, aquilo que o político aprende na sua convivência com o povo e com os estudiosos dos problemas populares.

Simplemente não pode haver padrão convencional para a demografia rural brasileira, não existiu e não pode existir um padrão convencional, planejado, calculado, ou até convencionalmente aceito para servir e definir a demografia rural deste País.

Nas condições brasileiras de desenvolvimento, é perfeitamente possível, e até desejável, que se fixem esses sessenta e um por cento de paranaenses lá no campo, e que somente depois, somente depois, de instaladas as indústrias e serviços, haja recrutamento para as cidades, no número conveniente e necessário.

Só depois, tão somente depois. Por isso, a contradição e a inversão dos valores que ocorrem hoje no Estado, como no presente aspecto.

Para isso, Sr. Presidente, para nós retermos sessenta e um por cento da nossa população no campo e só recrutarmos esta mão-de-obra, paulatinamente após a instalação das indústrias, dos respectivos serviços, para isso é necessário uma modificação na estrutura fundiária, inclusive, com aplicação da Reforma Agrária, a racional distribuição de terras, segundo as necessidades econômicas de expandir e até triplicar a curto prazo nossa produção, não só de bens para exportação, e muito mais importante, especialmente bens para o consumo.

Uma Reforma Agrária a nível Nacional e inclusive, no Paraná, poderia desatar até um novo processo de produção tal-

vez jamais visto, suficiente para matar a fome dos brasileiros e para exportar aos mercados carentes.

Portanto, não há número ideal, percentual teórico para o meio rural ocupar o meio urbano. Cada situação é um DESAFIO CONCRETO. Talvez os teóricos da economia, algumas dezenas de anos atrás, poderiam levantar parâmetros claros sobre o qual percentual que deveria estar no campo e qual na cidade para se dizer que um País era isso ou era aquilo, se era o ideal ou não.

Hoje, a realidade concreta é que dá o desafio concreto. Contraditoriamente, acaba-se colocando o Secretário da Agricultura quando diz, na mesma entrevista: "sessenta e um por cento é uma população bastante grande". Agora diz ele: "podemos minorar esse processo (de êxodo rural), racionalizá-lo e evitar que aconteça de forma tão generalizada e com tantos problemas principalmente sociais. E, a melhor maneira para isso, no momento, é valorizar os pequenos e médios produtores rurais, os pequenos e médios agricultores". E diz mais o Sr. Secretário: "E é o pequeno que impera; só para se ter uma idéia, cinquenta por cento de nossos produtos agrícolas, têm uma área menor de 10 hectares. Têm pois, um mínimo de terra; praticamente são miniprodutores."

É a voz, Sr. Presidente e Srs. Deputados, do titular da Pasta dos Negócios da Agricultura, que nos alerta para a gravidade da situação estadual, cinquenta por cento de nossos produtores têm menos de dez hectares. E aqui qualquer um de nós poderia abrir um parêntese e dizer, que nós temos no Estado do Paraná ainda extensas áreas, inclusive ociosas, fora as latifundiárias.

Falta apenas o Secretário arrematar que a Reforma Agrária, acompanhada de medidas de apoio e incentivo ao produtor, poderá aumentar o rendimento do homem do campo, elevar sua renda e aumentar no geral a renda "per capita" do Paraná. Isto, além de poder se elevar o consumo interno de alimentos, de bens essenciais, também poderemos dar um padrão de vida mais alto à nossa gente.

E, o Sr. Reinhold Stephanes confessa que é adepto da Reforma Agrária. Só que a sua adoção à luta por ela não pode se traduzir em atos conseqüentes em favor da Reforma Agrária, real, concreta, em larga escala e para mudar a situação do campo.

A sua maior contradição reside no fato de que, sendo favorável à Reforma Agrária, e, ao aumento da participação do homem no campo na renda interna, apóia e incentiva um modelo de produção e distribuição de bens e rendas que é a negação da racionalidade. ATÉ aceita a Reforma Agrária, até fala a favor dos sessenta e um por cento, reclama dos cinquenta por cento que são pequenos proprietários com menos de dez hectares. Só que também é mais do que isso, apóia e incentiva um modelo de produção e distribuição de bens que, na verdade, acaba quebrando a racionalidade e fazendo com que haja concentração de bens, concentração de rendas, concentração de propriedades.

Ora, levando à concentração de bens e de rendas, a exploração cada vez maior dos trabalhadores da cidade, do campo, leva ao aumento da miséria nacional.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não se pode dar uma mão a Deus e outra ao Diabo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Logo em seguida.

Se o Secretário de Agricultura do Paraná, como todas as nossas outras autoridades, inclusive nós Deputados, continuarmos acenando com uma palavra que desmente suas ações, ou chegarão Secretários e o próprio Governador do Estado ao absoluto descrédito ou vão ter que se ragar pelo meio para atender a própria contradição que criaram.

Tem o aparte o Deputado Luiz Alberto

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Estou acompanhando o discurso de Vossa Excelência que se fundou num editorial que solicitei a transcrição nos Anais desta Casa, do conceituado matutino paranaense "A Gazeta do Povo".

E, vejo que Vossa Excelência fala pouco a respeito do memorial e eu terei a oportunidade de ir à tribuna e expor as razões que me levaram, novamente, a pedir a transcrição do memorial porque fala muito sobre o modelo agrícola ora em desenvolvimento no Paraná. Sabe V. Ex.^a muito bem, que as críticas feitas a respeito do êxodo rural, a respeito da baixa renda do agricultor paranaense, não é privilégio seu. Ainda no programa, no diagnóstico, nas diretrizes governamentais, está expressa preocupação maior do atual Governo do Estado do Paraná, em exatamente, usar os recursos disponíveis do Estado do Paraná dentro do contexto da Federação brasileira, para exatamente propiciar um aumento da renda "per capita" real do paranaense e uma quebra no desnível e na desigualdade existente de rendas do Paraná.

Todos os aspectos abordados por Vossa Excelência não têm sabor algum de novidade, porque são objetos de estudos não só da Secretaria da Indústria e Comércio, não só da Secretaria da Agricultura, não só do BADEP, não só do IPARDES, mas também, do próprio Secretário de Planejamento que aqui nesta Casa, já fez uma exposição a respeito do plano de Governo de Ney Braga.

Mas, quando Vossa Excelência faz comparações de caráter genérico, entre a situação do rural e do urbano paranaense, na verdade, me ocorre uma dúvida eminente Deputado. Gostaria de saber qual é o modelo que Vossa Excelência propõe? Se, se sabe que realmente a fronteira agrícola paranaense está esgotada, sabe-se que realmente algumas regiões são minifundiárias, como a região que represento nesta Casa e que Vossa Excelência, representa. Mas que outras regiões não são realmente tão minifundiárias em função de problemas sociológicos, em função de caracteres históricos que existem aqui no Paraná, em função do clima, do solo. Eu me pergunto: qual seria o modelo que Vossa Excelência propõe para resolver o problema da agricultura paranaense?

Eu não sei se é o modelo, por exemplo, como é o modelo americano que é a maior potência agrícola do mundo moderno. E, que é exatamente o modelo capitalista, que socorre inclusive as Nações bolchevistas com a falta de recursos. Nós temos exemplos aí de modelos agrícolas diversos em todo o mundo. O americano levou o homem do campo para as cidades. O russo fez com que aquela grande potência russa ficasse praticamente na dependência da importação de mercados capitalistas, e na China, os quatro milhões de habitantes chineses vivem uma situação praticamente desesperadora.

Então eu gostaria que Vossa Excelência dissesse a esta Casa, para meu conhecimento pelo menos, qual é o modelo que Vossa Excelência propõe?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu agradeço o aparte e como são duas colocações, início pela primeira

Vossa Excelência fez referência de que o Governo do Estado e seus Secretários têm se preocupado muito com esse problema e é lógico que nós aqui não trazemos novidade alguma, porque não é mais novidade para ninguém essa situação triste do Estado, mas, o que nos surpreende, não é a falta de novidade pela preocupação, é a ausência de novidade na ação!

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência vai me permitir discordar.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Porque na verdade, não se tenta romper o cerco. A verdade é que a coisa continua e se agrava. Tenho certeza que nesse instante, já não são sessenta e um por cento que estão no campo. Já diminuíram alguns por cento, porque a cada dia, a expulsão permanece, continua.

Qual é, aonde está o plano, a ação, a diretriz, aqui e agora, perfeita e concreta em ação com resultados dos últimos anos

no Paraná para evitar o êxodo rural e a miséria do campo que está vindo para a cidade?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência quer que eu enuncie agora?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Existe por acaso, uma medida? Seria um prazer, porque Vossa Excelência antes de tudo Vossa Excelência estaria na verdade, negando números.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — O programa de apoio ao pequeno produtor rural, a extensão e assistência técnica ao homem do campo, o apoio ao programa de cooperativas, a eletrificação rural, as estradas em construção, o programa de telefonia rural, o programa de construção de escolas no interior do Estado, o programa de postos de saúde, e iria além, se Vossa Excelência quisesse.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Teoricamente as colocações que Vossa Excelência deve ter evidenciado, ...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta informar, mas o Deputado tem apenas um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — É lamentável, Sr. Presidente, mas procurarei ser breve, apenas para dizer que todos esses planos que tão bem foram referidos, na verdade não casam com a realidade. O processo de esvaziamento continua, o empobrecimento permanece. A aviltação do nosso meio rural é célere, e a fome se amplia. Ora, não são esses os programas que estão dando resultado, e dizer, Sr. Presidente, qual o nosso modelo, nós acabamos de dizer que queremos a Reforma Agrária Inclusive no Paraná, bem como nos latifúndios, o modelo americano serve para nós, serviria em outra fase histórica, porque os Estados Unidos, Senhor Presidente, quando tiveram "boom" agrícola e o "boom" industrial, estes se casaram, na mesma fase. Porque, quando se retirava o homem do campo, quando havia o êxodo rural, estava havendo a explosão dos parques industriais, absorvendo toda a mão-de-obra que saía do campo e com um detalhe interessante: além de absorver toda a mão-de-obra que saía do campo, os parques industriais dos Estados Unidos fomentaram a imigração de povos europeus e de povos da América Central, pela demanda de mão-de-obra que aquele recém e explosivo complexo industrial oferecia.

Então, se lá se fez esse processo, ele não serve para nós, não serve porque nós não temos parque industrial em explosão, porque a realidade do Século XX, principalmente após a década de 1930 é outra. Não serve mais tal modelo. Esse sistema é impróprio porque ele provou que serviu para os Estados Unidos à sua época, porque deu para absorver a expulsão, a expropriação do homem do campo. Nós não temos condições de repetir o mesmo fenômeno, a mesma solução econômico-social. Por isso, a nossa solução é exatamente a inversa: reter o homem no campo, é fazer com que se produzam alimentos para alimentar o brasileiro e não para exportar. A exportação deve ser do excedente, para os países carentes. Esta deve ser a nossa prioridade máxima. Aí começa a grande falha, aí começa o desencontro e a contradição que se prega e se faz neste Estado, o que se diz neste País em termos de prioridades e o que acontece na prática e os resultados sociais que surgem.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me permite um aparte? Por trinta segundos apenas...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta, nobre Deputado, mas o tempo do nobre Deputado que se encontra na tribuna, já está esgotado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Só agradeço, Sr. Presidente, para pedir a transcrição por inteiro de nosso pronunciamento e só diria por fim, porque a verdade cada vez mais evidente é que os produtores deste Estado estão órfãos de ações concretas e adequadas tanto do Governo do Paraná, como do Governo brasileiro.

O Governo do Estado, inclusive os Srs. Secretários se

tem às reivindicações modificativas, estruturais e também de amplo cunho social. Como falam do pequeno produtor e do pobre, para até fazer esta demagogia de programas oficiais, mas que o tempo está desgastando. Não somos nós, da Oposição, são os anos e anos que passam que estão desgastando e, por isto que estamos próximos da hora da verdade. O povo começa a perceber de que lado estão os nossos governantes e sentem de que lado eles estão na verdade, porque apoiar as multinacionais e a concentração de bens e rendas, com esse tipo de agricultura que está aí e também dizer, ao mesmo tempo, que estão implementando programas de apoio e incentivo à maioria da população, que é a maioria pobre, é contraditório. Por isto, a hora da verdade chega.

Agradeço e gostaria de concluir este pronunciamento e não me é possível, porque fiz este para casar com a extraordinária exposição feita neste editorial do jornal "Gazeta do Povo", sob o conclusivo título "Ricos na Agricultura e Pobres em Pedir", analisando a subserviência, introversão e timidez do Paraná, porque entendo que acima de não sabermos pedir, NÃO ESTAMOS SABENDO NEM FAZER.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em discussão o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação da oportunidade em que se abre, neste cair de tarde, um debate realmente importante a respeito da economia e do futuro do Paraná.

Solicitei a transcrição nos Anais desta Casa de um editorial, palavra de um eminente jornalista, professor emérito da Universidade Federal do Paraná. Professor Bacila Neto, que começa, no seu editorial, a dizer que nós, paranaenses, realmente não sabemos pedir. E fala até na síndrome da timidez e da introversão dos paranaenses, para dizer que durante muito tempo ficamos atrelados à idéia de que tínhamos, no Paraná, o maior Parque Nacional cafeeiro e que, portanto, não precisávamos nos preocupar, por exemplo, com a explosão industrial que vivia nas décadas de 40 e de 50 o Estado de São Paulo.

Posteriormente, o articulista nos fala sobre a atual fase de expansão da agricultura paranaense, expansão que não pode ser negada, porque nós, neste ano que estamos vivendo, nestas safras, estamos colhendo mais de 27% da produção em grãos de todo o Brasil, que bate este ano um "record" de 53 milhões de toneladas de grãos.

Entretanto, o articulista nos alerta, a todos, homens da Situação e da Oposição, que temos um dever de reivindicar, cada vez mais, para que o Paraná não fique em situação de inferioridade, com referência à outros Estados da Federação brasileira. E cita dados que já foram levantados nesta Casa, pelo eminente Deputado José Lázaro Dumont, com relação à aplicação de recursos da área da Previdência Social, fazendo um comparativo entre o que se aplica no Paraná em termos de recursos para assistência médica ao homem do campo e ao homem da cidade para afirmar que o Rio Grande do Sul, que tem um menor número de habitantes na zona rural; que tem uma menor contribuição para o FUNRURAL, recebe mais recursos da União, do que nós paranaenses, que temos sessenta e um por cento da nossa população vivendo na zona rural, e que contribuímos em função da nossa safra agrícola maior, com mais recursos para o INAMPS. Este foi o sentido e este é o desejo do articulista, do jornal "A Gazeta do Povo". E conclui dizendo que um problema seriíssimo da economia do Paraná, problema que já foi levantado centenas de vezes nesta Casa, o problema da construção das grandes usinas energéticas, que vão gerar energia especialmente às usinas construídas por Itaipu e às usinas construídas pela ELETROSUL: Salto Santiago e Salto Osório, vão gerar energia de terras do Paraná, de águas do Pa-

raná, para serem consumidas em outros centros, os centros já desenvolvidos, já industrializados. Ora, todos nós sabemos que a maior riqueza do Paraná é exatamente o seu potencial agrícola. A segunda riqueza é o seu potencial energético. E o que quer o articulista e o que queremos nós? Nós queremos que a energia gerada aqui no Estado, sirva exatamente para o processo de industrialização que o Paraná precisa viver agora, e já. Porque quer queiram quer não, os teóricos do modelo agrícola, o Paraná realmente está esgotando a sua capacidade no campo agrícola.

E nós precisamos partir para o processo de industrialização. Processo de industrialização que o Paraná não soube aproveitar na década de 40, na década de 50. E o recurso auferido com o café, foi usado para a industrialização de São Paulo, exatamente porque nós não tínhamos um potencial energético à disposição do Paraná, para que aqui se instalasse um grande polo industrial.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisamos caminhar para um novo processo de desenvolvimento do Paraná.

Fala-se, é verdade, que a renda média "per capita" paranaense é mais baixa que a renda média "per capita" do povo brasileiro.

Isso é uma verdade. E todos os doutos economistas que estudam a matéria chegam a afirmar que isso se dá exatamente pela nossa extrema dependência do setor primário da economia. Isto é, do setor da agricultura, que só conseguiremos inverter esse processo, fazer com que o brasileiro do Paraná tenha uma renda "per capita" maior, na medida em que tivermos mais indústrias. E todos nós, Parlamentares que nos elegemos pelos grandes ou pequenos centros, sabemos da necessidade da construção de indústrias que vão aproveitar não só aquela mão liberada pelo êxodo rural, mas também contribuir para o desenvolvimento econômico harmonioso de nosso Estado.

Sou originário e nascido numa pequena cidade, Clevelândia, e posso afirmar, aos eminentes Srs. Deputados, que Clevelândia pagava com todas suas pequenas indústrias, em termos de ICM, em 78, a quantia de 14 milhões de cruzeiros. Este ano, graças à instalação de uma grande empresa de soja, de capital exclusivamente nacional, a maior indústria de soja de capital nacional do Paraná, já conseguiu o Governo do Estado, em termos de ICM, mais de 54 milhões, nos quatro primeiros meses de funcionamento dessa indústria.

Portanto, é preciso que, ao mesmo tempo, o Governo se preocupe com a realização fundiária, com programas ao pequeno agricultor, com apoio à cooperativa, porque esta é a forma dos Governos federal e estadual defenderem o pequeno agricultor contra as investidas das multinacionais.

O Governo tem auxiliado, o quanto pode, o setor cooperativista nacional, para que não fique na dependência de uma transnacional que leva os recursos para fora.

Ao mesmo tempo que o Governo deve se preocupar e está se preocupando, com o setor agrícola. É necessário que o Paraná, e todos nós, nos conscientizemos que chegou a hora de investirmos também no setor industrial. Porque, dessa forma, através da agro-indústria, teremos o caminho certo para o desenvolvimento seguro, harmonioso, entre todas as regiões do Paraná.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, não somente para retribuir a gentileza do aparte que tive de Vossa Excelência, mas para também recompor algumas das coisas que havia posto, na tribuna.

Indústria que precisamos são, efetivamente, as voltadas aos interesses da maioria da população do País, à maioria da população brasileira.

A bem da verdade, o que temos sentido, inclusive a presença, a dinheiro muito caro, a substituição da importação, no Brasil, que se fez principalmente desde 1957, e com situação

gravosa depois de 64, a substituição de importações por firmas, a rigor controladas, condicionadas e manobradas, por interesses estrangeiros, que vêm aqui, com incentivos fiscais, se instalando e com agravante...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Com incentivos fiscais, não no Paraná, infelizmente.

O Sr. Nilton Friedrich — Mas, há vários tipos de incentivos, inclusive de órgãos financeiros estatais e para-estatais, que acabam favorecendo em financiamentos especialíssimos.

Mas, é verdade que essa tecnologia que vem, de maneira automatizada, profundamente sofisticada, acaba diminuindo, se compararmos os cruzeiros aplicados pelo resultado emprego, diminuindo, portanto, o que precisaríamos ter realmente, quantidade de empregos de oferta, de trabalho. Além do mais, nós estamos sentindo que as medidas desses últimos anos não têm dado resultado, não só agora o Governo Ney Braga. Todos os últimos governos têm falado de maneira veemente no processo de industrialização e atendimento do problema agro-pecuário, no entanto o processo social cada vez é mais caótico. Essa é a verdade, e me parece que é aí que precisamos repensar tudo. Por isso é que falei na Reforma Agrária como um dos meios de atender inclusive esses pequenos, esse mini-proprietários, ou “bóia-fria”, ou parceiro ou agregado...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência acha que só a Reforma Agrária resolve o problema?

O Sr. Nilton Friedrich — É hoje, é agora talvez a principal medida.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência não acha que o Governo deve também levar auxílio, levar estrada, levar escola, levar o telefone, levar água e levar luz para o pequeno proprietário?

Deputado, os números do Paraná estão claros.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência fala, por exemplo na eletrificação rural, que talvez é um dos principais, para fixação do homem, além de ser o insumo básico para desenvolvimento de qualquer setor. No entanto, o Paraná tem 500 mil proprietários rurais e temos apenas 41 mil propriedades ligadas com energia elétrica.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Veja como razão concorre ao articulista, em que nós somos pobres em pedir.

O Sr. Nilton Friedrich — Mas muito mais pobres em agir, porque falta é ação concreta, mesmo rompendo, se possível, o cerco federal, que procura...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência vai me perdoar, mas eu posso trazer dados a Vossa Excelência com relação a eletrificação rural, porque sou originário de uma região de minifúndios e conheço centenas e centenas de projetos de eletrificação rural, encaminhados pela COPEL, ora em análise pela ELETROBRÁS, e que infelizmente a ELETROBRÁS não está liberando os financiamentos.

O Sr. Nilton Friedrich — Deputado, dados por dados, nós podemos até competir. Até 1985 no máximo, no Paraná, nós estaríamos com 90 mil propriedades rurais atendidas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Como?

O Sr. Nilton Friedrich — Até 1984 deveremos atingir no máximo 90 mil propriedades rurais com energia elétrica. Nós temos hoje, 41 mil propriedades rurais atendidas com energia elétrica.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — 43.

O Sr. Nilton Friedrich — Bom, são dados que não vão conflitar porque são coisas irrisórias perante uma quantidade de meio milhão de proprietários rurais.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — 450 mil.

O Sr. Nilton Friedrich — Nós estamos com dez por cento atendidos. Esse é o aspecto. Então é muito acanhado o plano de atender ao homem do campo, é muito acanhado o ato, a diretriz, a ação do Governo do Estado, seja através do Secretário do Governo do Estado para que nós fixemos ou ainda, con-

tinuemos a assegurar aqueles que estão no campo, e é claro que eles lá não ficarão se não existirem medidas concretas, sólidas, estimuladoras para produtividade, para produção, e principalmente para o respaldo do seu universo social.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Perfeito, então não é só Reforma Agrária.

O Sr. Nilton Friedrich — Eu só gostaria de colocar: até o problema da cooperativa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — É uma somatória de fatores.

O Sr. Nilton Friedrich — Fico assustado, e é objetivo de outro pronunciamento que estou terminando e farei na próxima semana, mas é um dado que já trago. O Município de Palotina, que é a capital nacional da soja, inclusive em produtividade.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Certo.

O Sr. Nilton Friedrich — Parece-me que é o exemplo modelar hoje para nós nos debruçarmos com profundidade sobre o que acontece neste Estado.

Nós temos hoje no Paraná, especialmente em Palotina, melhor dizendo, em torno de um máximo de quarenta por cento da população que já tínhamos. Em 1974 lembro bem tínhamos 21 mil eleitores em Palotina e hoje estamos talvez com 9 mil. E o detalhe agravante: em 1979, ano passado, o Prefeito Municipal de Palotina, com projeto na Câmara Municipal aprovado, desmanchou 17 escolas rurais, porque não havia mais alunos. Agora o detalhe grave: no mesmo projeto, no artigo 2, previa-se que as unidades 1, 2 e 3, das 17, todo o material desmanchado seria distribuído e doado às comunidades respectivas. As outras 14 unidades escolares não tinha mais comunidade para devolver o material que foi desmanchado.

Este é o Paraná que nós queremos? Esta é a Palotina que está relacionada à soja que nos interessa? E ao mesmo tempo a cooperativa de lá, que é uma das mais sólidas, tem seus resultados positivos, adquire 7 aviões Ipanema para fazer a pulverização aérea e acabar de envenenar aquela região? Este é o modelo econômico-agrícola que nós queremos para o Paraná e para o Brasil? Não é.

Porque ele está fora de época, de órbita. Servia sim, na época dos Estados Unidos, no início do século. A mão-de-obra sobrada no campo foi absorvida pelo setor urbano, pelo parque industrial em explosão. Com um adendo ainda...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Então Vossa Excelência concorda que é preciso estimular a industrialização?

O Sr. Nilton Friedrich — Mas a industrialização, nobre Deputado, não pode se fazer a nível que está se fazendo, quando ela já vem sofisticada, muitas vezes comprometida. E nós estamos terminando um estudo também sobre a área industrial vamos analisar com calma...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência, quando diz que não pode ser usado o padrão de industrialização dos Estados Unidos, ou o padrão de ocupação do território agrícola dos Estados Unidos, Vossa Excelência se refere a uma época anterior, não é, nobre Deputado? Mas, Vossa Excelência também não pode querer, hoje, comprar o processo de industrialização com o processo de industrialização de há quarenta anos atrás. Vossa Excelência sabe o salto tecnológico que houve no mundo moderno. Vossa Excelência não pode desconhecer que talvez a força que move o mundo hoje, seja exatamente o desenvolvimento tecnológico.

O Sr. Nilton Friedrich — É por esta razão que a tecnologia altamente sofisticada que quer se implantar...

(Vozes superpostas de orador e aparteante).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência quer o processo agrícola havido à semelhança dos Estados Unidos, mas quer o processo industrial daquela época implantado no Brasil.

O Sr. Nilton Friedrich — Não, ao contrário, Vossa Excelência talvez não entendeu nossa exposição. Gostaria de termi-

nar, para não irmos num diálogo muito paralelo, muito direto, já que é Vossa Excelência que está na tribuna num pronunciamento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — É um prazer para mim. O Sr. Nelson Friedrich — Mas efetivamente não serve para nós, e estamos teoricamente, pegando aquilo que lá se fez. Quer se transformar o Brasil, o Paraná, num novo Estados Unidos, num novo Canadá, quando o momento atual do mundo, quando a realidade histórica que se vive hoje, é outra.

Não se pode repetir as mesmas medidas, as mesmas regras, as mesmas formas, quando hoje é o contrário, se volta ao campo de maneira mais séria, profunda. Este é o processo que precisamos no Paraná e no Brasil. É o homem permanecer fixo à terra e lá ter todos os estímulos sociais, psico-sociais, para que não ocorra o esvaziamento no campo; porque vão formar o grande exército de reserva nas grandes metrópoles, gerando a miséria que amplia a mortalidade infantil, que multiplica a violência urbana, que prolifera a promiscuidade.

Ora, Deputado, este modelo não serve. É preciso que o Sr. Governador do Estado, que Vossa Excelência representa, o Secretário da Agricultura, tenham a coragem de ver que esta é a hora da verdade. Que não é o ideal para nós. Não está se fazendo, efetivamente, uma coisa e outra. Se incentiva a agricultura altamente tecnificada, com produtos agro-químicos, produtos técnicos importados, gerando problemas de toda a ordem e, ao mesmo tempo, quer se incentivar o pequeno trabalhador rural, o pequeno homem do campo que está exatamente à margem do processo de desenvolvimento do Estado.

É contraditório, nós precisamos aqui e agora, como disse e repito, de algo, um modelo, um sistema, e a começar inclusive com a Reforma Agrária, que possa fazer com que o homem se sinta estimulado em lá permanecer, no campo, e acima de tudo com produção e com realização no seu universo social-familiar.

Este é o caminho. Precisamos é discutir, debater, trazer isto. As formas até agora apresentadas, para mim, não deram resultados, porque elas estão implantadas no País a partir de 1957 e, como disse, com mais celeridade a partir de 1964. Ou nós haveremos de mudar isto, ou teremos o caos social que está previsto num estudo da própria revista "Exame" provando, que em 1990, teremos oitenta e dois por cento da população brasileira no meio urbano, se não tomarmos medidas urgentes.

E o que fazemos nós? Vamos continuar importando alimentos? Vamos continuar fabricando sapatos para calçar o italiano ou o norte-americano? ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pelo contrário. Vossa Excelência mesmo disse que Palotina e a capital da soja, só que os homens de Palotina estão saindo de lá.

O Sr. Nelson Friedrich — Mas então para mim não serve isto.

Como disse ao Presidente da Cooperativa de Palotina, o Secretário de Agricultura, fizemos esta mesma exposição, colocamos aos dois, há questão de uma semana. na Comissão de Agricultura desta Casa que, felizmente, está voltando a se reunir graças ao trabalho de Lázaro Dumont. nesta hora sentimos no próprio Presidente da Cooperativa de Palotina, que esta não é a solução, porque segundo estudos rudimentares que também temos, à continuar o atual processo. só o Município de Palotina, para dar o exemplo, terá dentro de quatro anos, num máximo 298 grandes propriedades rurais. Grandes fazendeiros, proprietários de um município inteiro. Isso importa a nós; produzindo dólares, não produzindo alimentos. E antes de tudo, nós precisamos de comida na mesa do brasileiro. O homem na terra com técnica adequada a seus interesses, com incentivos direto e profundo, agora, doa em quem doer, mesmo que interesses outros sejam atingidos e sejam prejudicados.

Obrigado, desculpe o aparte longo.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Só que Vossa Excelência no aparte e na exposição não respondeu a dúvida que tenho. Porque pela análise superficial, não sou técnico no assunto, nem técnico em economia, nem técnico em agricultura. Mas pelo que eu posso observar, nenhum País do mundo conseguiu fazer o que Vossa Excelência pretende. Não conheço das histórias dos países produtores de alimento, não conheço, infelizmente não conheço e creio que ninguém conhece um processo onde seja possível, da forma com que se quer chegar a uma grande produção agrícola, com a manutenção do mesmo estágio atual; porque são dois processos diferentes: um é o processo de agricultura em larga escala. E outro é o processo quase que manual da agricultura. Não creio que existe em nenhum país do mundo. Como não creio também, que apenas a Reforma Agrária — e eu a defendendo, possa ser a solução para os problemas brasileiros. Porque nós temos exemplos aí. Quantos de nós, jovens ainda, saúdávamos o início da Revolução Cubana, por exemplo, eu me lembro, recordo-me, quando estudante, quando participava de um congresso da UPES no Rio de Janeiro, e quando Fidel Castro chegava ao Rio de Janeiro, realmente nos parecia a nós jovens, estudantes daquela época, que Fidel Castro iria resolver os problemas cubanos, depois de uma longa, dramática e draconiana ditadura. Infelizmente, os nossos sonhos de estudante se frustraram nos campos de Cuba, que hoje diminui inclusive a sua produção agrícola. Creio que o assunto do modelo agrícola deve realmente ser debatido; as idéias devem ser postas com clareza, sem aderência de ordem partidária ou de ordem emocional. Porque o que nós queremos na verdade, é que nós tenhamos melhores condições para os homens do campo e para os homens da cidade. E nós estamos, creio eu, o Governo está propiciando as melhores condições, através das obras que leva ao interior.

Os Srs. não desconhecem que os homens da região de Toledo, da região do Oeste, não desconhecem certamente, ou os homens da região de União da Vitória não desconhecem, por exemplo, o sofrimento que tiveram, por exemplo os suinocultores. Suinocultores que não conseguiam fazer o transporte das suas cargas. Ou aqueles mais antigos se recordam certamente das safras de feijão que eram perdidas neste Paraná, primeiro porque não havia preço mínimo, segundo porque não havia estradas.

Ora, nós não estamos dizendo que nós não temos problemas. Pelo contrário: temos, problemas graves, mas creio que eles estão sendo solucionados na medida do possível, com a boa vontade do eminente Governador Ney Braga, com o Secretário Reinhold Stephanes, que realmente vem se revelando na Pasta da Secretaria da Agricultura, como um homem com conhecimento de causa, e sendo agilizado o processo de desenvolvimento do Estado do Paraná, não apenas em termos de números ou em termos de pessoas. Mas sobre tudo, como diz Ney Braga, que o processo de desenvolvimento deve estar centrado no desenvolvimento social do homem e da gente paranaense. E são grandes os exemplos, que nós temos também no campo.

Eu mesmo que sou de uma região que produz muito, não só a soja, o feijão, o trigo, o arroz, o milho, mas que também tem na suinocultura, um dos seus esteios. quantas vezes aqui desta tribuna, solicitei e reclamei para que fosse estabelecido o preço mínimo, para a suinocultura, que o Ministro Amáury Stáble anunciou em Palotina.

Todos nós que estamos preocupados em dar novas opções de trabalho, para os pequenos proprietários rurais, estamos vendo, com muita satisfação, um plano do Governo Estadual de apoio à avicultura, que é outra fonte, outra forma, do pequeno proprietário poder produzir para si e para sua família.

Estamos vendo, também com satisfação, o financiamen-

Curitiba, quarta, em 21.05.80

to de erva-mate, no interior de nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

— Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Renato Bemardi, constante do expediente, comunicando a decisão do Sr. Deputado Gilberto Gilbert Filho, de integrar o bloco Parlamentar do Partido Democrático Brasileiro. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à Delegação do Paraná, pela brilhante atuação no XII Congresso Nacional dos Servidores Públicos de Goiânia.

— Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro do Interior e Presidente do BNH, bem como aos Srs. líderes dos partidos políticos com assento no Congresso Nacional, protestando pelo possível aumento das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, na ordem de 50%. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "TITO COSTA, O

PREFEITO", escrito pelo colunista Oscar Silva e publicado no semanário "HOJE - CASCAVEL". — Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Sr. Presidente requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa deferiu e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

6 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quinta-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 11 e 40/80.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 104 e 50/79 e 177, 180, 186, 195, 210/79 e 14/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária para a sexta-feira dia 23, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 189 e 190/79 e 1, 2 e 18/80, e de Resolução n.ºs 8, 9 e 10/80.

Levanta-se a sessão.